**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**
**Centro de Excelência em Turismo**
**Pós-graduação *Lato Sensu***
**Curso de Especialização de Professores em Turismo.**

# Catetinho-Patrimônio Esquecido de Brasília

Raphael Ferreira de Araujo

Ellen Fensterseifer Woortmam (Dra)

Brasília - 2009

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**
**Centro de Excelência em Turismo**
**Pós-graduação *Lato Sensu***
**Curso de Especialização de Professores em Turismo.**

# Catetinho-Patrimônio Esquecido de Brasília

Raphael Ferreira de Araujo

Ellen Fensterseifer Woortmam (Dra)

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo - CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista de Professores em Turismo.

**Brasília – 2009**

Raphael Ferreira de Araujo

Aprovado por:

_____

Profª. Orientadora: Drª. Ellen Fensterseifer Woortmam

_____

Profª. Drª. Cléria Botelho da Costa

Brasília, 02 de julho de 2009.

# DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha Orientadora, Ellen Fensterseifer Woortmam, que me deu o apoio necessário, sempre com atenção e paciência, para que eu pudesse alcançar os conhecimentos cabíveis.

# AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para superar esses meses. Aos meus pais que me deram todo apoio, carinho e atenção. À minha orientadora pelo tempo disponível para mim. À gerente do Museu Catetinho, Alessandra Ribeiro, à minha tia Francisca Junger, ao pessoal do CET-UnB e a todos que participaram direta ou indiretamente da finalização deste trabalho.

# RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar o primeiro bem edificado de Brasília. O Catetinho é um patrimônio cultural arquitetado por Oscar Niemeyer, construído em apenas dez dias, sendo a primeira sede de governo e moradia do presidente Juscelino Kubitschek (JK). Abrigava engenheiros e presidentes das empresas que auxiliaram a construção da nova Capital, funcionando como local de despacho e campo de pouso. Dada a importância do Museu Catetinho para os valores históricos de Brasília, JK decide entrar com o processo de tombamento do Catetinho e essa oficialização veio a se tornar realidade em 10 de novembro de 1959, pelo antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A dissertação aborda aspectos conceituais antigos e contemporâneos a respeito do bem Catetinho e do Patrimônio Cultural Local e Nacional. A primeira construção da época dos anos 1950 em Brasília gerou outras do mesmo estilo e, hoje, necessita passar por uma revitalização interna, externa e, principalmente, ser incluída como um dos pontos turísticos de Brasília.



Palavras-chave: Patrimônio Histórico. Brasília. Catetinho. Juscelino Kubitschek.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the Catetinho as cultural heritage. Designed by the architect Oscar Niemeyer, and built in just 10 days, it was the first government seat and residence of the President Juscelino Kubitschek. Later on it became a shelter for engineers and heads of the companies that built the nation's new capital city. Its area was also used as the first airfield of Brasília. Given its importance for Brasilia's history, on November 10, 1959 the former Office of National Historical and Artistic Heritage (SPHAN) formalized its status as national heritage. The dissertation focuses on the changing perceptions of Catetinho through time and on its need – since it is a wooden building - to undergo internal and external revitalization that will allow its inclusion among the important tourist sights of Brasília.



Keywords: Historical Heritage. Brasília. Catetinho. Juscelino Kubitschek.

## SUMÁRIO


**1 INTRODUÇÃO** ..... 9

**1.1 REFERENCIAL TEÓRICO** ..... 10

**1.2 METODOLOGIA** ..... 13

**2 O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL** ..... 15

**2.1 PATRIMÔNIO LOCAL, NACIONAL E MUNDIAL** ..... 17

**2.2 A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE PATRIMÔNIO** ..... 17

**2.3 TURISMO CULTURAL** ..... 23

**2.4 AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL** 25

**3 CANDANGOS E PIONEIROS: GENTE DE MUITOS LUGARES** ..... 30

**3.1 BRASÍLIA E SUA CONSTRUÇÃO PROFÉTICA** ..... 36

**3.2 MISSÃO CRULS** ..... 38

**3.3 A SUBIDA DO JK NO PODER** ..... 42

**4 A PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E DO TURISMO** ..... 47

**4.1 PIONEIROS DE BRASÍLIA** ..... 51

**5 CATETINHO – PATRIMÔNIO ESQUECIDO DE BRASÍLIA** ..... 53

**5.1 CATETINHO HOJE** ..... 65

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 72

**7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 77

**8 ANEXOS** ..... 81

# 1 INTRODUÇÃO

A valorização do passado é uma característica comum nas sociedades atuais. Em Brasília, essa tendência está em ascensão e tem-se refletido em mudanças significativas nos valores, nas crenças e nas atitudes tomadas até agora. Depois de um longo período em que só se louvava o que é novo, eis que o cotidiano urbano brasileiro e mundial vê-se invadido atualmente por discursos e projetos que pregam a preservação, a revalorização e a restauração dos mais diversos aspectos, como: cultura, paisagem, preservação e patrimônios etc.

Os autores Ritchie e Zins, citados por Mathieson e Wall (1998, p. 168), relacionaram os principais elementos culturais que motivam os turistas a visitar determinadas regiões, e são eles:

> artesanato, idioma, tradições, gastronomia, artes, cênicas e plásticas, música-erudita e popular, a história regional, inclusive as relíquias, os tipos de trabalho e as técnicas utilizadas, arquitetura-antiga ou moderna, as manifestações religiosas, sistemas educacionais, vestuário, atividades de lazer.

Nesse sentido, quando se faz uma viagem, há sempre um elemento cultural a ser consumido na produção associada ao turismo, tais como: a gastronomia, a arte, o artesanato local, o patrimônio cultural, as paisagens naturais e culturais do local visitado ou outros produtos, suas festas e celebrações, a música ao vivo nos bares e a cultura viva presente nas ruas. Dessa forma, o turista cultural que vem à Capital federal se sente atraído por: obras de arte, espaços culturais, museus e centros de cultura, por ser a sede do governo, arquitetura, música, dança, teatro, cinema e eventos programados – de negócios, festivais e roteiros temáticos culturais.

Brasília possui histórias e monumentos que ficarão marcados nacionalmente e mundialmente, pois se trata de um Patrimônio Cultural da Humanidade, que advém de fatos históricos e muito deles preservados em bens tombados, como o Catetinho.

Nesse contexto, o presente trabalho apresenta como objetivo geral: **investigar o Patrimônio Cultural nacional e brasiliense**; e como objetivos específicos: **verificar a valorização e a desvalorização do Patrimônio Cultural em Brasília, dando enfoque principal ao Catetinho**, com a justificativa de que o Patrimônio Catetinho está "esquecido" pela Empresa de Turismo do Governo do Distrito Federal, e isso se deve a muitos e complexos fatores a partir dos quais se estruturou essa pesquisa.

O primeiro capítulo introduz o tema, abordando a ideia geral do Patrimônio Local, Nacional e Mundial, além de mostrar a evolução dos conceitos de patrimônio e as Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, apresentando alguns conceitos e significados. Já o segundo, faz um relato sobre o início da construção de Brasília, envolvendo os pioneiros e ressaltando o tombamento da cidade. Na terceira parte, fala-se sobre a preservação dos Espaços Urbanos e do Turismo e, por fim, o tema principal, focado no Museu do Catetinho, demonstrando os aspectos antigos e atuais do primeiro bem tombado em Brasília.

## 1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, serão apresentadas as contribuições dos teóricos sobre o tema de pesquisa. A relação turismo, patrimônio e cultura já vem desde a época da definição da burguesia como classe dominante, há séculos, quando os burgueses viajavam em busca de contemplar monumentos, ruínas e obras de artes dos antigos gregos e romanos.

De acordo com Lugo (1991, p. 15-19),

> os fatores que originaram a cultura de um povo constituem-se de seu posicionamento geográfico, de seu lugar na história, da época e das condições do encontro com outras culturas, e das organizações culturais previamente existentes. O homem é seu criador e transmissor formal ou informal, considerando-se sua posição na comunidade e o contexto da mesma.

É inevitável interpretar a cultura como uma das mais importantes motivações para as viagens turísticas. Dessa forma, a vontade de entender/conhecer os costumes e hábitos de vida de outros povos nem sempre vem acompanhada do devido respeito, da devida consciência do valor e do legítimo interesse por parte dos visitantes da localidade receptiva.

Os fatores culturais ainda estão sendo agregados pelo turista na busca do seu destino, por serem elementos da cidade receptiva.

Singer (1968, p. 52) conceitua a cultura de um povo como:

> os padrões explícitos ou implícitos do comportamento, adquiridos ou transmitidos por símbolos, que constituem o patrimônio de grupos humanos, inclusive sua materialização em artefatos. O aspecto mais importante de uma cultura reside nas idéias tradicionais – de origem e seleção histórica – e, principalmente, no seu significado...

A cultura, além de servir como conhecimento do passado, também serve de testemunho às experiências vividas, coletivamente ou individualmente, e permitem aos homens recordar e aumentar o sentimento de pertencer a um mesmo lugar, de compartilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos que fornece sentido de grupo.

Assim, conservar o patrimônio cultural, objetos, artefatos, documentos escritos, imagens, espaços naturais, paisagens ou edificações é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si mesma.

A partir do final da década de 1970, notou-se uma ascendência na valorização do patrimônio cultural, como um fator de memória das sociedades. A maneira de compreender a nossa herança cultural como um causador de memória vai ao encontro da prática de conservação do patrimônio que se estabeleceu no país.

Para Martins (2003, p. 49), o patrimônio cultural é “um conjunto de bens materiais e imateriais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade”.

O patrimônio pode assumir amplas opiniões, mas nesse sentido significa algo edificado para ser uma representação do passado histórico e cultural de uma sociedade, que necessita ser preservado para as futuras gerações.

O turismo tende a interpretar o patrimônio cultural como atividades mais propriamente ditas culturais, tais como: visitas a monumentos, museus, cidades de valores históricos ou roteiros temáticos. Esse é um dado interessante do turismo moderno, pois os maiores países, regiões e cidades receptoras de visitantes podem ser reconhecidos como destinos de turistas insaciáveis por cultura.

Dentre os vários segmentos do Turismo, Barreto (2003, p.19) conceitua turismo cultural como:

> todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange.

O turista cultural é motivado pela busca de conhecimento das histórias passadas de uma cidade receptiva, envolvendo os bens e os patrimônios de origens antigas e atuais. Na atualidade, os fatores antigos influenciam na escolha do pacote turístico. O turista se preocupa em conhecer a história, a memória, a gastronomia, o patrimônio e esses fatores acabam por facilitar a escolha de um destino.

A busca pelo descanso e por lazer por causa da exaustiva rotina de trabalho faz com que o indivíduo planeje fugir dessa rotina e aproveite mais o seu tempo livre, conhecendo e praticando diversas atividades turísticas. Na atualidade, o turista foge do seu *habitat* natural e procura conhecer os vários segmentos do turismo. Segundo Andrade (2000, p. 11),

> a disparada do turismo nas últimas décadas do século XX é fruto de uma ampla teia que envolve as dimensões nas áreas de comunicação dos transportes mundiais, decorrentes da internacionalização das economias. Outra explicação para esse crescimento foram os avanços consideráveis alcançados por diversas regiões do mundo, como a abertura política, econômica e cultural da Rússia e dos países vizinhos da Europa ocidental, a consolidação do mercado asiático e o crescimento da Austrália e Nova Zelândia, ambas as nações capitalistas desenvolvidas e com alto nível de qualidade de vida. Mesmo na América Latina emergiu, recentemente, uma consciência turística voltada para a valorização da oferta natural dos países do Cone Sul e para expansão dos mercados e PIB's nacionais.

Nos últimos anos, o turismo está associado com os avanços tecnológicos, a internet, os transportes aéreo, terrestre, marítimo e a comunicação. O turismo é um importante veículo de promoção social e de dinamismo econômico, mas ele também é uma atividade cultural, que induz pessoas a conhecer lugares, seus valores, tradições e costumes, como degustar a culinária de diferentes gastronomias.

## 1.2 METODOLOGIA

Este trabalho trata de uma pesquisa que envolve conhecimentos adquiridos durante o curso de Pós-Graduação de Professores em Turismo da Universidade de Brasília (CET-UNB). É realizado por meio de uma abordagem qualitativa com uso de fotografias e materiais etnográficos antigos:

> a pesquisa qualitativa é indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, idéias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos. (RENEKER, 1993, p. 122).

O instrumento para dar prosseguimento ao projeto é a pesquisa bibliográfica, realizada por meio de livros, revistas e internet.

Para Santos (2005), a pesquisa qualitativa é humanista, indutiva, focaliza as pessoas, cenários e grupos, de modo holístico, além de procurar compreender as pessoas levando em conta o quadro de referências delas próprias.

Foi utilizada também a pesquisa de campo no Catetinho. A coleta de dados se fez por meio de observação no Museu e questionários aplicados aos funcionários e visitantes.

Os entrevistados responderam a perguntas diferenciadas. Participaram dessa pesquisa três funcionários do Catetinho e uma professora visitante, para se ter uma opinião sobre a importância do Museu Catetinho para Brasília.

Essa etapa da pesquisa se fez necessária para que fossem levantadas informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta e, em meio a todo esse processo, descobrir novos fenômenos ou alguma relação entre eles, tomando por base os dados coletados.

A presente pesquisa realizou-se em Brasília, no patrimônio histórico Catetinho, situado na região administrativa do Gama.

# CAPÍTULO 2

## O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

O patrimônio, como o nome diz, é algo herdado de pais e ancestrais, que só passa a ser usufruído pelos herdeiros quando esses se apropriam dele, reconhecendo-o como algo que lhes foi legado e que será deixado para seus descendentes, que os sucederão no tempo e na história.

Um patrimônio constitui riqueza cultural, individual e coletiva. Representa a memória, o sentido de identidade, é o que distingue um povo de outros povos. É a marca inconfundível e a certificação de uma cultura própria, que aproxima os herdeiros.

Podemos dizer que os brasileiros são herdeiros do patrimônio cultural e socioambiental de um país, reconhecido por suas riquezas e valores arquitetônicos, ambientais e sociais. Sobre essa questão, Aguirre (1999, p. 99-101) afirma que a "patrimonialização é uma tomada de consciência social de um grupo com referência a alguma ou a algumas manifestações culturais próprias".

Olhando o patrimônio em sentido amplo, verifica-se que engloba as tradições, os costumes, os modos de ser e viver, sobretudo em suas técnicas, artefatos, etc, nos quais estão os testemunhos reais e palpáveis das mais diferentes culturas. O estudo do patrimônio cultural implica em uma contextualização social, política, econômica, histórica e ambiental, que se fundamenta no resgate da identidade, em qualquer contexto.

A identidade se relaciona com a memória coletiva. Essa lembrança envolve muitas outras referências de ordem individual e preserva de forma expressiva os fatos da sociedade, no contexto dessa pessoa. Portanto, o indivíduo recorre a esse conjunto de referências para resgatar ou manter sua identidade, seu sentido de pertencer,

recuperando sua história, sobretudo nessa época de globalização, em que o individual se perde no padrão.

Na atualidade, o homem ainda pertence a clãs, tribos, estratos dos servos ou dos nobres, compondo grupos nos quais se ressaltam alguns sentimentos, como os comuns a uma família. O homem nasce, vive e morre sabendo a que grupo, família, comunidade, cidade e país pertence. Esse fato se resume a uma visão de identidade que é característica própria do ser humano.

Vale ressaltar que manter a identidade significa algo vital para que as pessoas se sintam seguras, unidas aos seus antepassados por laços associados à história de vida, à terra natal, aos costumes, hábitos e valores. Isso tudo indica suas origens e referências diante de modelos sociais tão diversos.

Para que se entenda o patrimônio cultural e sua relação com a identidade, torna-se necessário, antes de tudo, pensar sobre o conceito de cultura.

Segundo Singer (1968, p. 52), conforme citação já feita em item anterior, cultura de um povo conceitua-se como “os padrões explícitos ou implícitos dos comportamentos, adquiridos ou transmitidos por símbolos, que constituem o patrimônio de grupos humanos, inclusive sua materialização em artefatos”.

O fascinante na cultura é o fato de que todos os povos possuem a sua, seja tribal, tradicional, moderna, e de tantas outras classificações. Os conhecimentos são adquiridos e transmitidos de gerações passadas para as gerações futuras, valorizando sua identidade cultural, raça, língua e costumes. Desde o nascimento, o homem já participa do processo cultural se considerar as formas de alimentação, o vestuário, fundamentalmente associado às questões climáticas e às condições de saúde, educação e lazer do indivíduo. À medida que cresce, o homem recebe influências do seu grupo de origem e, dessa forma, vai se concretizando seu perfil e papel na sociedade.

Conclui-se que a cultura é um produto herdado e transmitido de geração a geração. Como na noção de cultura, no conceito de patrimônio cultural também são indissociáveis as dimensões materiais e simbólicas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na Declaração do México, de 1982, definiu patrimônio cultural como: "as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e o conjunto de valores que dão sentido à vida".

Nesse sentido, o patrimônio agrega as camadas da natureza, envolvendo o meio ambiente, onde o homem habita transformando-o para sobreviver e realizar suas necessidades materiais e religiosas. O conhecimento, as habilidades e o saber fazer humano são fundamentais para a construção da existência em toda a sua plenitude, sendo os chamados bens culturais aqueles que sofrem a ação do homem.

## 2.1 PATRIMÔNIO LOCAL, NACIONAL E MUNDIAL

Sobre o Patrimônio Mundial enfatizarei alguns aspectos relacionados aos acontecimentos na Europa, durante os anos 1950, no século XX.

## 2.2 A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE PATRIMÔNIO

No século XV, o monumento histórico começa a surgir com o nome de antiguidade sob o saber dos colecionadores que, posteriormente, viriam a ser, em parte, substituídos pelos historiadores da arte.

A partir da Revolução Industrial, o conceito de patrimônio histórico muda de conotação e consagra-se como valor estético, surgindo as legislações de proteção do monumento histórico e consolidando a disciplina restauro.

A consagração do patrimônio histórico na Europa acontece nos anos 1950 do século XX, no período pós-guerra, quando a legislação francesa passa a ser referência para o mundo. Entretanto, nesse meio tempo, surgem as doutrinas intervencionista e anti-intervencionista, respectivamente defendidas pelo arquiteto Eugène Viollet-Le-Duc (1814-1879), na França, e pelo escritor e preservacionista John Ruskin, na Inglaterra.

A doutrina intervencionista se firmou de forma regular, atendendo aos interesses públicos do Estado de modo correto e severo. Já a segunda, a anti-intervencionista, pregava a valorização do passado, o reconhecimento ético-estético e, principalmente, a autenticidade.

A nova capital veio a tornar-se Patrimônio Cultural da Humanidade trinta anos depois de sua construção, estendendo assim as controvérsias inerentes à preservação do patrimônio moderno. O Grupo de Trabalho (GT) para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília foi de suma importância para a inclusão da Capital no processo de candidatura ao título de Patrimônio da Humanidade e, consequentemente, na lista do Comitê Mundial da Unesco. Apesar disso, infelizmente, foi desconsiderado na regulamentação de proteção.

No entanto, tiveram de sustentar o Projeto de Lúcio Costa, mantendo o Plano Piloto de Brasília como representante da arquitetura e urbanismo modernista.

Com Brasília ainda em construção e com inícios de instalação do plano urbanístico, já suficientemente criticado, em 1974, o autor do projeto teve que denunciar em audiência, no Senado Federal da República, este movimento:

> refiro-me aos empreendedores imobiliários interessados em adensar a cidade com o recurso habitual do aumento de gabaritos e aos arquitetos e urbanistas que, reputando "ultrapassados" os princípios que informam a concepção da nova capital e a sua intrínseca disciplina arquitetônica, gostariam de romper o princípio dos gabaritos preestabelecidos e de jogar com alturas diferentes nas superquadras, aspirando fazer de Brasília uma cidade de feição mais caprichosa, concentrada e dinâmica, ao gosto das experiências agora em voga pelo mundo. Gostariam, em suma, que a cidade não fosse o que é, e, sim outra coisa. (COSTA, 1995, p. 323).

Assim, a necessidade de mudar o projeto arquitetônico não acabava por aí, só estava começando. Essa obrigação foi sentida ainda mais na década de 1980, quando causaria uma manifestação a favor da preservação do Plano Piloto. Esse movimento ganhou um reforço a partir do surgimento de um interesse manifestado na Unesco, que buscava a oficialização de Brasília na lista do Patrimônio da Humanidade.

Para concretizar a candidatura, o governador José Aparecido assina o Decreto-Lei nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, criando regulamento no artigo 38 da Lei Federal nº 3.751, de 13 de abril de 1960 – Lei Santiago Dantas. Esse decreto asseguraria a manutenção do projeto inicial de Lúcio Costa pela conservação das características fundamentais de quatro escalas diferentes que, entretanto, interpretavam a concepção urbana original da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

O então projeto, elaborado para a cidade, foi definido em torno de uma ideia de três escalas, que incluíam as *civitas* da nova capital brasileira: cívica ou coletiva, cotidiana e gregária ou concentrada. Portanto, tratava-se de uma interpretação não literal dos princípios da "Carta de Atenas" – trabalho, habitação e lazer etc. O Decreto de 1987 oficializou a inserção do Plano Piloto como Patrimônio da Humanidade. Era de fato o reconhecimento internacional do centro histórico modernista, que sucedeu ao tombamento nacional. Passados três anos, em 1990, surgiram rumores de que as medidas de proteção realizadas seriam modificadas pelos futuros governantes de Brasília.

O diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ítalo Campofiorito, sugere a Lúcio Costa que Brasília fosse tombada de forma inovadora, atentando-se na escala, tornando-se livres às edificações em geral, com exceção dos monumentos excepcionais. Nesse caso, seria permitida qualquer modificação que não corrompesse com a escala em que fosse inserida.

A área integrada do Plano Piloto é constituída em torno de dois eixos, o rodoviário-residencial e o monumental. Dessa forma, ainda não se encontrava totalmente ocupado, então era evidente aos promotores do tombamento que só a preservação do existente não garantia a execução das áreas restantes, dentro dos mesmos princípios originais do plano. Portanto, era inacreditável assegurar a proteção tradicional da cidade.

A diretriz encontrada foi o inédito tombamento de um Plano Urbanístico, isto é, dos princípios volumétricos e espaciais que distinguiam cada uma das escalas que compunham as *civitas* brasilienses. Mas, com algumas exceções, *a Rodoviária* e os *Palácios no Eixo Monumental*, que são preservados integralmente em suas características arquitetônicas, todo o restante é passível de destruição, desde que as futuras edificações sigam os parâmetros de ocupação do plano que foi reafirmado no tombamento.

A preservação das escalas do Plano Piloto envolve as duas partes do Eixo Monumental, trecho da cidade onde se localiza o esplendor administrativo do governo federal, contendo em suas extremidades, *os ministérios*, *a Praça dos Três Poderes*, *o Palácio Presidencial*, *o Supremo Tribunal* e o *Congresso Nacional*.

No lado oeste, está *a Praça do Buriti*, onde se encontra a sede do poder local. Nessa parte do eixo, a conservação se dá mais no sentido tradicional. A proteção das características arquitetônicas inclui as principais edificações como a do *Congresso*

*Nacional*, que finaliza em grande perspectiva a tradição clássica da *Esplanada dos Ministérios* que, por ventura, separa essa da *Praça dos Três Poderes*. *O Palácio Presidencial*, o *Supremo Tribunal Federal* e os próximos *Palácios do Itamaraty* e da *Justiça*, localizam-se no final da *Esplanada dos Ministérios*.

Portanto, aos Ministérios de blocos retangulares com nove andares, que enfatizam a sua arquitetura de volumes puros e anônimos, de acordo com a necessidade de ampliação e do crescimento das burocracias, foram acrescentados anexos, que aproveitavam do desnível do terraço da Esplanada e dos terrenos vizinhos.

A visão do tombamento em relação aos *Ministérios*, de poder gerar a maior perspectiva monumental da Esplanada e permitir a construção de novos anexos fora da Esplanada, desde que não ultrapassem a altura dos já existentes, é fundamental para manter a escala dos edifícios de arquiteturas diferentes da dos *Ministérios*, que compõem o grande quadro perspectivo do *Congresso Nacional*.

Segundo o **A924 Plano Piloto, 50 anos: Cartilha de Preservação** – Brasília – Brasília, DF: IPHAN/ 15ª Superintendência Regional, (2007, p. 13), a ocupação do espaço deveria ocorrer em quatro escalas, a saber:

- ✓ Escala Monumental: reservada para os prédios públicos mais importantes da República: Os Ministérios, o Congresso Nacional, o poder Judiciário e a Sede do governo.
- ✓ Escala Gregária, onde se situam os setores comerciais, bancários, hoteleiros e a rodoviária, que congrega grande quantidade de pessoas para trabalho e lazer.
- ✓ A escala Bucólica, que se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não ocupado. Em lugar de muralhas, a cidade seria delimitada por áreas livres arborizadas.
- ✓ A escala residencial, na qual os blocos de moradia se assentam sobre pilotis e amplos espaços gramados, com o objetivo de dar ao morador e àqueles que ali transitam uma sensação de liberdade de movimentos entremeada pela visão de áreas ajardinadas, cheias de árvores e de folhagens de menor porte para amenizar o clima do cerrado.

É essa a estrutura urbanística de Brasília, traduzida em forma de escalas, respeitando-se os principais elementos de sua concepção, responsáveis pela identidade dos que habitam a cidade. Cada uma dessas escalas tem um sentido, como por exemplo:

- a escala monumental tem poder simbólico, que já é o marco da capital brasileira, tendo a função cívico-administrativa que está presente desde a Praça dos Três Poderes até o término do Eixo Monumental;

- a escala gregária, entendida como o centro urbano da cidade, pois é onde ocorrem vários encontros de amigos e pessoas, por se localizar na área de diversão, comercial e hoteleira;

- a bucólica, conhecida pelo seu marco de cidade-parque, sendo representada pelas inúmeras áreas livres, como gramados, jardins e passeios que rodeiam toda a cidade, com a função de equilibrar as áreas verdes livres das áreas construídas;

- a escala residencial, entendida pelas superquadras e entrequadras. As superquadras oferecem uma nova forma de viver, os prédios residenciais possuem seis andares, chão livre causado pelo uso de pilotis e área verde. As entrequadras interligam a parte residencial, possuindo atividades de cunho esportivo, cultural, comercial e de serviços públicos.

Ao término desse capítulo, merecem ser ressaltados, ainda da referida Cartilha de Preservação do IPHAN (p. 23), aspectos peculiares da construção de Brasília que “ocorreu após a realização de várias experiências de renovação urbana em diversas cidades brasileiras. Realizações essas que visavam o remodelamento de cidades tradicionais, ou a criação de novas cidades a partir de modelos adequados à nova realidade do mundo industrializado do início do século XX.”. Mais à frente, nesse mesmo documento (p. 31), tem-se a afirmação de que Brasília foi uma realização

inédita do programa modernista na escala de uma capital nacional, o que pode ser constatado nos dados de análise deste capítulo e em outras partes que seguem.

## 2.3 TURISMO CULTURAL

Dentre os vários segmentos do Turismo, Barreto (2003, p.19), conceitua turismo cultural como:

> todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto poder ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange.

Na capital do país, o desenvolvimento do turismo cultural está relacionado às questões patrimoniais, tendo vários museus e monumentos.

Existem dois tipos de patrimônio definidos pela Unesco, o imaterial e o material, sendo o primeiro

> representado pelas práticas, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Alguns exemplos dessas representações em nossa capital são o *Museu da Câmara dos Deputados*, que possui um acervo manuscrito, fotos, mobílias, publicações, vídeos, filmes, objetos de decoração e documentos, localizados na *Praça dos Três Poderes*, e o *Museu Histórico do Senado Federal*, com acervo composto de mobiliário de época, estatuetas, manuscritos e objetos pessoais de senadores.

Também é localizado na *Praça dos Três Poderes* o *Museu do Cerrado*, cujo acervo é enriquecido por animais empalhados, jardins e orquidário e por fim o *Museu do Catetinho*, que possui acervo da história do JK e de Brasília, possuindo fotos, mobílias, documentos, vídeos e objetos de decoração.

O patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O patrimônio material,

> protegido pelo IPHAN, que é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro livros do tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e das artes aplicadas. Estão divididos em bens e imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais e móveis como coleções arqueológicas, acervos musicológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Como exemplos desse patrimônio, tem-se a *Esplanada dos Ministérios*, localizada no Eixo Monumental leste, conjunto formado por 17 edifícios distribuídos harmoniosamente e, com regularidade arquitetônica, o *Centro de Convenções Ulisses Guimarães*, localizado no Eixo Monumental Oeste.

Vale ressaltar que as depredações, as pichações e os vandalismos cometidos nos órgãos e monumentos de todo o Distrito Federal são feitos pelos próprios moradores de Brasília e entorno, muitas vezes por falta de conhecimento e educação patrimonial.

Entretanto, a responsabilidade, a conservação e a manutenção dos monumentos e edifícios do Patrimônio de Brasília cabem ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), à Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do DF (DEPHA) e à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). As dificuldades encontradas por esses organismos governamentais na preservação desses patrimônios vão desde a burocracia à falta de pessoas qualificadas para o desempenho das atividades inerentes a essa responsabilidade.

O patrimônio de Brasília sofre com a ausência de recursos financeiros e de uma adequada integração entre os agentes responsáveis pela manutenção, o que

ocasiona a falta de uniformização nas obras e com a restauração, que é imprescindível, pois o patrimônio se deteriora no decorrer do tempo. Atualmente, alguns locais como a Torre de TV e a Rodoviária do Plano Piloto estão em estado crítico. Alguns projetos e medidas já estão sendo tomados visando à definição de políticas de preservação. O tombamento, a valorização da cultura e da memória, mais as instituições ligadas ao patrimônio são burocráticos. Apesar de haver integração entre eles, a burocracia demanda tempo tornando morosos e difíceis os processos de melhoria e preservação.

## 2.4 AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Conforme Tamaso (2002, p. 14),

> no Brasil, a preocupação com o patrimônio desponta nos anos 30 do século passado quando o escritor Mario de Andrade, expoente da vanguarda modernista brasileira, apresentou ao governo Getúlio Vargas uma proposta de política de preservação do patrimônio brasileiro a qual posteriormente originou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ SPHAN, em 1937.

Nessa época, o SPHAN se preocupava em preservar o patrimônio edificado com o material colonial dito “barroco”, quadros, mobílias, arquitetura, casarões, igrejas, estátuas, obras de artes, pinturas e imagens sacras. Posteriormente, essa instituição foi substituída pelo IPHAN.

É importante ressaltar que essa política incrementada pelo Brasil teve influência da política patrimonial já existente na Europa, considerada para a época uma forma moderna de preservação do poder público aos bens culturais, interpretados como memória da nação, ou seja, como patrimônio cultural.

O povo brasileiro vivia naquele momento a ditadura do Estado Novo (1937-1945) que, como pensamento político, desejava construir, em especial, por meio da utilização dos meios de comunicação de massa, como o rádio e o cinema, uma imagem

de país pacífico, de indivíduos ordeiros e trabalhadores. Não cabia no momento explicações de tensões e conflitos. O termo recomendado era a cooperação para o crescimento da Nação.

Apesar dos parâmetros que possuía, foi dado um caráter elitista à questão do patrimônio durante o Estado Novo, até mesmo pelo seu pioneirismo, beneficiando os bens materiais e separando-os da esfera simbólica. Na amplitude do privilégio, grande parte dos bens contemplados deve-se ao seu valor estético e arquitetônico, sendo considerados desnecessários outros aspectos.

Vale ressaltar que quando se refere aos bens de natureza histórica, há um interesse claro em determinada história para aquele período, que geralmente privilegia os poderes oficiais e as camadas sociais de alto padrão aquisitivo, rejeitando a história das camadas populares, mesclando o processo de silêncio e anonimato.

No entanto, nem todo bem cultural se configura como patrimônio. O autor Gonçalves (2002 p. 20) ressalta: “Para que um bem da sociedade se torne patrimônio é necessário que seja tombado, procedimento legal por meio do qual os bens culturais são apropriados ou oficialmente reconhecidos”.

Por causa do processo de tombamento preservacionista do antigo SPHAN, surgiu a polêmica sobre as construções do evidente valor arquitetônico, essencialmente as que reproduziam o passado colonial. Antes da criação desse Serviço e do Decreto nº 25, de 1937, a antiga *Vila Rica*, localizada na cidade de Ouro Preto, capital do ouro colonial, foi então reconhecida como monumento nacional. Isso intensificou uma oficialização que desprezava bens significativos de outras épocas históricas não condizentes com o barroco. Nesse caso, preservaram-se sobrados, casas de câmaras, igrejas e outros bens do poder público e de referência da classe dominante. Assim,

foram rejeitados os bens ligados ou procedentes dos então socialmente excluídos como, no caso, as senzalas.

Com o documento do tombamento ainda em vigor, entende-se que o bem a ser conservado às futuras descendências não pode sofrer degradações. Tal definição sofreu críticas por conceber minuciosamente a preservação do bem tombado. As políticas públicas não recaem sobre a propriedade dos bens, que poderão ser controlados como qualquer outro, mas geram limitações às reformas, que não poderão descaracterizar o imóvel, sob pena de punições.

Segundo Cléria Botelho (2008, p. 33),

> a Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação - UNESCO, muito contribuiu nesse processo de reformulação ou redefinição do significado de patrimônio.
> Em 1972, na Convenção Geral de Genebra, emerge o programa para a proteção de Patrimônio Cultural e Natural, em que aparece a categoria "Patrimônio Cultural da Humanidade", no qual se inscrevem cidades, edifícios, lagos, desertos e florestas. O programa visa classificar e preservar os locais e artefatos históricos de excepcional valor universal. Percebemos que a concepção de patrimônio, que até então expressava apenas monumentos, lugares e edifícios, fora ampliado, passando a abrigar os conjuntos de bens tangíveis como paisagens, sítios, ambientes naturais e culturais.

Diz o autor Martins (2003, p. 49) que patrimônio cultural "é um conjunto de bens materiais e imateriais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade". Desse modo, entende-se que esse conceito engloba aspectos fundamentais da sociedade, de todos e de cada um em particular, da alma e, principalmente, das emoções.

Ainda Cléria Botelho (p. 34) diz:

> em 1975, é criado no Brasil, mais especificamente em Brasília o Centro Nacional de Referência Cultural/CNRC, coordenado por Aloísio Magalhães. Nesse centro foram realizados estudos, considerados como modernizadores da política de patrimônio, uma vez que delinearam o mapeamento e vislumbraram a aplicação de indicadores da cultura brasileira, dentre os quais saberes e fazeres culturais das camadas populares, tais como processo de produção de queijos, da cachaça, entre outros [...]

Continua a autora:

> O CNRC, 1979, foi incorporado à recém criada Fundação Nacional Pró-Memória, órgão vinculado ao SPHAN [...] ambos dirigidos por Aloísio Magalhães e subordinados à Secretaria de Cultura do MEC. Os profissionais oriundos do CNRC e os que ingressaram na referida fundação, iniciam na década de 80 e aprofundando estudos e experiências de preservação que ultrapassaram as fronteiras ortodoxas da política preservacionista iniciada em 1937. Já não mais tombavam um edifício sem considerar as relações entre cultura, comunidade e preservação, a noção de patrimônio cultural, paulatinamente, ia se consolidando.
> Essa política de preservação, praticada em nível federal, pelo SPHAN/Pró-Memória, dá-se, em muitos casos, em articulação com secretarias de educação ou cultura dos estados e municípios. Os técnicos dessa Fundação procuram se articular também com grupos da sociedade civil, com outras Instituições de pesquisa tais como: Universidades, centros de pesquisa com o propósito de valorizar a cultura, a memória e as políticas de preservação do patrimônio [...] dessa maneira, o diálogo mesmo na vigência do regime militar, entre Estado e sociedade, com a prática de consultas às comunidades, nos momentos de definição sobre o que tombar, porque e como preservar um bem cultural".
>
> Texto do curso de Especialização Professor em Turismo (2008, p. 34).

Portanto, nem todos os bens são acessíveis às classes menos favorecidas e, dessa forma, alguns bens também só são reconhecidos como tal após o processo de tombamento.

As diretrizes para a conservação do patrimônio cultural estão longe de serem resolvidas. Mesmo quando se trata do patrimônio edificado, é importante lembrar que ainda existem relações intrigantes nesse contexto. Há curiosidades por parte da investigação imobiliária, tendo-se o empreendedor que, no calor do lucro capitalista e formado no entendimento de uma selvagem modernidade, considera ter nesses bens uma barreira para as suas movimentações lucrativas.

A ideia de patrimônio histórico e artístico foi sendo lapidada nas últimas décadas pela concepção mais abrangente de patrimônio cultural, atentando às demandas de setores ligados ao mercado brasileiro e, ainda, caminhando ao encontro do conceito antropológico de cultura.

Complementando essa preocupação esboçada do texto constitucional, o Decreto Presidencial nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, sugere mecanismos de registro do patrimônio imaterial. Essa ação se dará por meio do registro nos seguintes livros:

> "I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
> II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
> III – Livro de Registro das formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
> IV – Livro de Registro dos lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.
> Assim, o parágrafo 2º diz que a inscrição num dos Livros de Registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.
> O artigo 5º estabelece que o bem registrado receberá o título de Patrimônio Cultural do Brasil, enquanto o artigo 7º diz que o bem registrado será reavaliado a cada dez anos para se decidir sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil. No Parágrafo Único desse Artigo, fica expresso que quando se negar a revalidação será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo".
> (Texto Memória, Patrimônio e Turismo, 2009, p. 36)

Cabe ressaltar que são poucos e recentes os incentivos oferecidos pelo poder público para a preservação de bens tombados. Os altos custos de manutenção nessas construções antigas são bastante usados como refúgio para justificar o desprezo com o qual, muitas vezes, se tratam os bens culturais.

# CAPÍTULO 3

## CANDANGOS E PIONEIROS: GENTE DE MUITOS LUGARES

> Com a nova capital há de vir, querendo Deus, um tempo de abundância e de genuína fraternidade que permita indistintamente a todos os brasileiros a fruição dos bens da cultura e do progresso.
>
> Juscelino Kubitschek.

As controvérsias das regiões brasileiras em relação ao desequilíbrio rural, sertão e natural têm sido discutidas nos campos de pesquisas sociais, e o poder público tem demonstrado interesse em ampliar e dedicar-se às instabilidades socioeconômicas das diferentes localidades do Brasil.

É na seqüência de inquietações que a edificação de Brasília deve ser observada, pois um dos motivos que ocasionaram a transferência da cidade do Rio de Janeiro para Brasília foi a existência de requisitos que transformassem os modelos de migração interna, isto é, das comunidades rurais pobres para o urbano incipiente. Dessa forma, Brasília pode ser vista de vários aspectos, sejam eles, de planejamento, de economia e de política.

Em 1798, surge a intenção de transferir a capital do Brasil para o interior, agregada com o movimento da Inconfidência Mineira. A opinião transformou-se em artigo, dada pela Constituição brasileira, em 1890, e foi sustentada pelas Constituições subsequentes, até meados de 1946. A resolução para a construção da cidade foi efetivada em 1957, quando o Plano de Lúcio Costa foi escolhido como projeto vencedor dentre os 26 concorrentes.

Nas palavras de Silveira (1960), o artigo constitucional não foi a primeira etapa para a transferência da capital. Pelo contrário, a edificação de Brasília para a

região Central do Brasil foi compreendida como um plano obrigatório para alcançar várias diretrizes, a saber:

> a) encher o Planalto Central do Brasil;
> b) estabelecer bens econômicos em regiões sem habitantes;
> c) adquirir e criar áreas com potencial e ricas da Bacia Amazônica;
> d) estabelecer e ampliar uma sólida agricultura em Goiás, Mato Grosso e Maranhão;
> e) criar processos de comunicação que contribuam para a integração nacional;
> f) e até combater a inflação.

A mudança da capital foi definida também como uma ação importante sob o ponto de vista psicossocial, quando se discutiu que:

> a) o desenvolvimento do interior contribuía para diminuir as desigualdades existentes entre as diferentes regiões do Brasil;
> b) a criação de uma nova capital seria acompanhada pela emergência de uma burocracia moderna, livre dos vícios da máquina governamental do Rio de Janeiro;
> c) o novo plano urbanístico concentraria as agências governamentais de modo a facilitar a comunicação e a eficiência das mesmas;
> d) a idéia de uma nova capital proporcionaria um novo símbolo popular para o futuro do país;
> e) sendo um plano ambicioso e atrevido do ponto de vista artístico e técnico, Brasília provaria aos brasileiros e ao mundo o que o nosso país é capaz de desenvolver;
> f) e, finalmente as modernas linhas da planta física e das facilidades de habilitação contribuiriam para criar uma vida mais democrática tanto para os altos dirigentes do país como para os simples trabalhadores. A princípio, Brasília seria não apenas uma cidade nova, mas principalmente, um símbolo de progresso (SKIDMORE, 1967, p. 168).

Por razões técnicas e simbólicas, o projeto não foi unânime pela opinião pública nacional e internacional. Vale ressaltar que Brasília ocasionou um rápido debate em torno dos gastos e dos resultados gerados pelo investimento necessário.

Em meio a conflituosas discussões, a Nova Capital foi edificada em 36 meses e inaugurada em 21 de abril de 1960, quando muitos ainda debatiam objeções para comprovar ao governo a insanidade de sua coragem. Imediatamente, começou o movimento de uma das mais maciças migrações internas que o Brasil havia visto. Grupos dos mais variados valores culturais e sociais eram envolvidos pela ideia e migravam para continuar a vida ou para construir uma nova dentro dos limites daquele espaço. Os resultados dessa migração ocasionaram preocupações para os migrantes,

planejadores e setores do governo responsáveis pela experiência. Brasília ainda constitui um poder enigmático. Todos tentam entendê-la, bem como prever seu futuro e seus marcos na história do Brasil.

Acelerar a compreensão da urbanização no Brasil sem entender o que acontece em Brasília é quase impossível, até porque o saneamento local possui uma matriz nacional, que não pode ser rejeitada. Há uma junção do processo urbano brasileiro com problemas gerais, mundiais, como os da globalização e da fragmentação, causando preocupações a analistas e governantes. Entretanto, a globalização não se dá da mesma forma e nem tem os mesmos impactos nos países centrais e nos subdesenvolvidos.

Deve-se entender que os processos sociopolíticos e econômicos específicos se baseiam diversificadamente nos países desenvolvidos em comparação aos subdesenvolvidos. Tem-se utilizado parâmetros da geografia para conotar a urbanização e a presença predominante de populações no meio urbano, geralmente em termos relativos, mais comparados em nível internacional. Compreendem-se os parâmetros não qualificáveis do processo de urbanização como:

> 1. Os processos de regionalização denotando urbanização ao se formarem redes urbanas. Estas são interligadas nos países industriais, mas nem sempre nos países de pobres, com fraca malha de integração;
> 2. O crescimento físico e estrutural de uma ou de diversas cidades, quando se alargam as periferias pobres nos países subdesenvolvidos ou ampliam as conturbações nos países desenvolvidos;
> 3. As mudanças e/ou transformações que ocorrem no meio urbano e que, no período técnico-científico e informacional, se revestem de magnitude para o entendimento da urbanização em todos os continentes.
>
> In (Brasília: A construção do cotidiano, 1997, p. 37)

Portanto, as cidades de países subdesenvolvidos, com o intuito socioespacial, se vestem de impressão cambiante, segundo a atuação das forças que estimulam o sistema de urbanização. Nesse aspecto, modificam partes, atribuições e

organizações espaciais da cidade, que se transforma em arcaica com o passar dos anos, precisando de rejuvenescimento e novas adaptações.

A duração da cidade modifica-se ao longo dos sistemas antigos e é por esse motivo que muitas cidades oferecem características históricas, conservadas como provas de culturas dos nossos antepassados, que, na atualidade, são tombadas como Patrimônios Históricos da Humanidade. Geralmente, as cidades apresentam uma vasta densidade de fixos, logo, a propriedade de variações não é apreendida durante a mesma descendência social. Apenas se nota que as modificações de algumas estruturas do território sofreram devastações de casarões coloniais para a construção de arranha-céus em seu lugar, ou de velhas fábricas, cujo local é reutilizado para organizar novos empreendimentos. Entretanto, essas diferenças prejudicam a cidade, a rede elétrica, de esgoto e o sistema de urbanização. As metamorfoses são quebradas estruturalmente, mas nem todas as coisas se deslocam ao mesmo tempo ou mudam ao saber do desenvolvimento de alguns governantes, talvez, por influências sociais, por lucros econômicos ou pela desclassificação do uso.

Assim, os gerentes urbanos talvez sejam os maiores alavancadores das mudanças pontuais, pois se apegam à forma incrementalista, na razão de transformar os usos de terras urbanas ou para aumentar fisicamente os limites da cidade. Vale ressaltar que as políticas de ajustamentos populacionais, quando bem estabelecidas, denominam os novos territórios da cidade, fazendo modificações quantitativas e qualitativas nos fixos e nos fluxos urbanos.

Como se averigua em época de campanha eleitoral, nossos candidatos difundem agendas, com semblantes de alteração da cidade, enquanto, na verdade, efetuam trabalhos simples e cabíveis de parar a qualquer momento. Construções pontuais, como as obras de uma ponte ou de um viaduto, são fundamentais, mas não

vão alterar a percepção do sistema ou até mesmo o modo de vida urbano, sendo as desigualdades sociais partes da civilização, acentuadamente em países carentes.

Analisando os impactos sobre as ações públicas e governamentais, Brasília estará se envolvendo no cenário nacional, de onde saem os problemas e, também, de onde surgem as soluções para a nova capital, bem como para outras regiões e agregações residenciais do Brasil.

Isso se dá pela junção de dois elementos: um teórico e outro empírico. No sentido da teoria, não é aconselhado tentar achar diretrizes pontuais para a capital do Brasil, assim não teriam permanência no tempo e espaço. Os métodos atrairiam fluxos de diversas naturezas, por exemplo, indústrias, instituições e migrantes que integrariam o desenvolvimento local, não se esquecendo de olhar para o engrandecimento regional, com a finalidade de reduzir as desigualdades socioeconômicas espaciais.

Um fato de valor empírico é o de que Brasília, quando planejada, supostamente deveria aumentar a sua população para um total de 600 mil habitantes até o ano 2000. Essa previsão foi ultrapassada em muito. Em 1996, a população do DF atingiu 1.868.180 mil habitantes e, segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), nos termos do Documento do Distrito Federal, síntese de informações socioeconômicas (2008, p. 47), houve a “evolução da população do DF, que, em 2007, foi de 2.443.547 mil habitantes”.

Os imigrantes ainda constituem a maioria da população residente no DF, sendo procedentes em sua maioria das regiões nordeste e sudeste.

A capital brasileira não surgiu do nada, mas sim de uma formulação que tem princípios bem distantes, sendo importante interpretá-la. Os processos narrativos da nova Capital foram, ao longo do tempo de construção, transferência e consolidação, vistos sob dois aspectos:

> 1. A dos ufanistas, para quem sua construção se constituiu em "epopéia", transformando-se em "Capital do Terceiro Milênio"; e
> 2. A dos críticos, que apontam os mitos criados, levanta problemas sociais nela surgidos e avaliam o "planejamento" que não os equacionou em sua totalidade. Todavia, os críticos indicam possibilidades para a Capital, no futuro.
>
> In (Brasília: A construção do cotidiano, 1997, p. 44)

Nossa capital tem o formato planejado, mas solidifica-se como modelo de povoação polinucleado e excludente. Brasília é vista de forma diversificada das demais, porque é a capital do Brasil, aqui acontecem os trabalhos do governo e é onde estão sediados os três Poderes: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.

Para compreender como funciona a capital, é essencial observar os trabalhos do Congresso Nacional, pois é onde os senadores e os deputados formulam as leis e criam políticas, ressaltando que nem sempre são obtidas as intenções que os eleitores querem. Vale atentar-se também aos tribunais, onde os juízes revisam processos e sentenciam casos jurídicos que, às vezes, são bem embaraçosos. Vale ressaltar a importância do Palácio do Planalto, pois é o local onde está representado o poder executivo para se pôr em prática projetos, medidas e leis do governo em todo o país. Outro aspecto que a diferencia é o fato dela permanecer como a figura do desejo do brasileiro que, ao partir do litoral massificado, sente a necessidade de ocupar os espaços do Planalto Central, cultivando a terra, fundando novos centros urbanos, enfim, povoando o que se caracterizava como "Sertão Goiano". Esse fluxo de pessoas começou nos meados dos anos de 1940 a 1950, com a marcha para o oeste, formulada pelo Presidente Getúlio Vargas. A migração intensa para o Centro-Oeste perdurou nas décadas de 1960 e 1970, com o intuito de se aumentar as relações entre o Centro-Oeste e o Sudeste. O governo também desenvolvia ações para a integração dos mercados do Sudeste e Centro-Oeste ao Norte do país. Após a fundação de Brasília, foram inciadas obras rodoviárias, ferroviárias e também construídos novos aeroportos para o

movimento contínuo de pessoas, mercadorias, matérias-primas, produtos agrícolas e industrializados.

Muitos brasileiros migraram por essas estradas e aeroportos, dando vida a Brasília. Vieram nordestinos, goianos e mineiros, todos entusiasmados com a construção de Brasília e em busca de conforto, trabalho e moradia. A capital é hoje uma das mais importantes cidades brasileiras em termos de comunicação, por onde circulam mensagens ou se propagam notícias e ideais vindos daqui para todo o mundo.

É importante salientar que o início do processo para a construção da cidade é bem antigo: até o começo da empreitada, aproximadamente 150 anos. José Bonifácio de Andrada, em 1823, já se referia à nova capital como Brasília. Nesse período ocorreram fatos *sui generis*, como os que seguem.

### 3.1 BRASÍLIA E SUA CONSTRUÇÃO PROFÉTICA

> "... quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destas montanhas, aparecerá neste sítio a terra prometida, donde fluirá leite e mel".
>
> (São João Bosco, 1883)

A nova capital não era apenas um sonho de milhares de brasileiros e nem de centenas de patrícios abandonados pelo interior a fora. Um *Santo* também sonhou com ela transformando-se em realidade num futuro ainda distante.

Dom Bosco, nascido em 16 de agosto de 1815, em Becchi, município de Castelnuovo d'Asti, na Itália, tornou-se sacerdote em 5 de junho de 1841, e mais tarde veio a fundar a Sociedade Salesianos de Dom Bosco. Faleceu no dia 31 de janeiro de 1888, em Turino. Era visto como um dos maiores educadores daquela época, pois tinha

uma metodologia moderna. Por fim, foi canonizado em primeiro de abril de 1934 pelo Papa Pio XI.

Dom Bosco, habituado a ter previsões proféticas, sonhou que no paralelo onde está a nossa capital também estaria o local da terra prometida. No dia 30 de agosto de 1883, ele teve uma visão e a apreciou como um acontecimento sobrenatural e esse fato foi comunicado por ele em uma reunião do Capítulo Geral de sua Congregação. Depois de alguns dias, mais precisamente no dia 4 de setembro, ele passou a ter uma auxiliar, chamada D. Zemayne, a quem solicitou para que tudo fosse anotado e que nada do sonho fosse perdido.

De acordo com Silva (1999, p. 37), Dom Bosco revela que: "foi arrebatado pelos anjos e, de repente, estava no meio de uma grande multidão, em uma estação ferroviária". Ele permanece afirmando que, nessa parada, pegou uma locomotiva e, já dentro da cabine, um espírito celestial que lhe fazia companhia indagou: "Olhai. Viajamos em direção às cordilheiras!" (idem, p. 38).

Dom Bosco menciona a Floresta Amazônica como sendo uma selva sem fim e os riachos obscuros e excessivos. Estando em uma aldeia de índios, fica chocado ao ver o massacre de dois propagandistas de ideais salesianos, mortos a pauladas pelos índios, acontecimento que ocorreu depois na Amazônia, em 1934, quando morreram pessoas dos xavantes e os padres, Pedro Sacillotti e João Fuchs. Reproduzindo as ideias de Dom Bosco, o autor Silva (1999, p. 38) descreve uma estrada de ferro:

> partindo de La Paz, o trem tocara Santa Cruz, passando pela única abertura que existe nas montanhas Cruz de la Sierra e que é atravessada pelo Rio de Guapay cruzara o Rio Parapitos, na província de Chiquitos, na Bolívia, cortara o extremo norte do Paraguai; entrara na Província de São Paulo, no Brasil, e daí fizera parada no Rio de Janeiro. De uma estação intermediária da Província de São Paulo, partira a ferrovia, que, passando pelo Rio Paraná e Rio Uruguai, unira a capital do Brasil com a República do Uruguai e com a República da Argentina.

O autor em questão (1999, p. 38) continua relatando o sonho de Dom Bosco, que diz, então:

> por muitas milhas, percorremos uma enorme floresta virgem e inexplorada.... Não só descortinava, ao longo das Cordilheiras, mas via até as cadeias de montanhas isoladas existentes naquelas planícies imensuráveis e as contemplava em todos os seus menores acidentes... Aquelas de Nova Granada, da Venezuela, das Três Guianas, as do Brasil, da Bolívia até os últimos confins. Eu via as entranhas das montanhas e o fundo das planícies. Tinha sob os olhos as riquezas incomparáveis desses países, as quais um dia serão descobertas. Via numerosas minas de metais preciosos e de carvão fóssil, depósitos de petróleo tão abundantes que jamais já se viram em outros lugares.

E prossegue:

> mas não era tudo. Entre os paralelos 15 e 20 graus, havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto donde se formava um lago.

De acordo com Silva (1999, p. 39), Dom Bosco, nessa altura, afirma:

> agora, uma voz disse rapidamente: quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destas montanhas, aparecerá neste sítio a terra prometida, donde fluirá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.

Para se ter certeza mais uma vez de que São João Bosco estava falando da capital brasileira, da imensa população que atualmente existe na região central do nosso país, o *Santo* confirmou que aqueles sonhos transcritos seriam vivenciados pela terceira geração, a que estamos vivendo no momento.

## 3.2 MISSÃO CRULS

É fato que os representantes de 1891 realizaram parte de seus ideais por meio das atividades já concretizadas por pessoas de grande devoção e inteligência, mas o merecimento de brigarem pela finalização da ideia os marcou na escrita:

> Marechal Floriano Peixoto em discurso ao Congresso Nacional, por motivo da abertura da segunda sessão ordinária da primeira legislatura, em 12 de maio de 1892, se expressou assim:
> Reputando de necessidade Inadiável a mudança da Capital da União, o Governo trata de fazer seguir para o Planalto Central a Comissão que deve

> proceder à demarcação da área e fazer sobre a zona os indispensáveis estudos (SILVA, 1999, p. 45).

Para fazer a execução da ordem pertencente à Constituição, o então ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas, por meio da Portaria número 19-A, de 17 de maio de 1892, formou a Comissão Exploradora do Planalto Central, entregando sua coordenação ao doutor Luiz Cruls, que, no tempo, tomava posse no cargo de diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, nos termos que seguem:

> Em observância às disposições do artigo terceiro da Constituição Federal e para dar cumprimento à resolução do Congresso Nacional, que consignou na lei de orçamento em vigor a verba destinada à exploração do Planalto Central da República e conseqüente demarcação de área que tem de ser ocupada pela futura Capital dos Estados Unidos do Brasil, é, nesta data, nomeada a Comissão encarregada de tais trabalhos, cuja direção é confiada ao vosso conhecido zelo e provada competência.
> No desempenho de tão importante missão deveis proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento da posição astronômica da área a demarcar, da topografia, da orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade das águas que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc. Da região explorada e tudo mais que diretamente se ligue ao assunto que constituiu o objetivo de vossa missão. No decurso de tais trabalhos, e tanto quanto possa, podereis realizar não só os estudos que julgardes de vantagem e utilidade para o mais completo desempenho de vosso encargo, mais ainda os que possam concorrer para a determinação de dados de valor científico com relação a essa parte ainda pouco explorada do Brasil.
>
> A comissão exploradora, coordenada pelo engenheiro Luiz Cruls, era ocupada pelos precedentes funcionários:
>
> Antônio Martins de Azevedo Pimentel – Médico higienista.
> Augusto Tasso Fragoso – Secretário
> Antônio Cavalcanti de Albuquerque – ajudante
> Alfredo José Abrantes – Farmacêutico
> Antônio Jacinto de Araújo Costa – Auxiliar
> Celestino Alves Bastos - Ajudante
> Alípio Gama – Gama
> Eugênio Hussak – Geólogo
> Emesto Ule – Botânico
> Eduardo Charter – Mecânico
> Felisíssimo do Espírito Santo – Ajudante
> Francisco Souto – Ajudante de Mecânico
> Henrique Morize – Astrônomo
> João de Azevedo Peres Cuiabá – Auxiliar
> José Paulo de Melo – Auxiliar
> Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim – Alferes do contingente
> Pedro Gouveia – Médico
> Pedro Carolino Pinto de Almeida – Comandante do contingente
>
> (In História de Brasília, um sonho, uma esperança, uma realidade, (1999, p. 46, 47).

Portanto, no dia 9 de junho de 1892, a comissão se encaminhou para o Rio de Janeiro e depois para Uberaba, onde era o ponto final dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana. E, assim, a cavalo, partiram de Uberaba para Pirenópolis, aonde chegaram no dia 1º de agosto. E, de Pirenópolis, a então comissão separou-se, em duas partes: a primeira deveria seguir o caminho direto até a cidade de Formosa, a outra, que também chegaria em Formosa e de lá partiria de linha quebrada, entrando pelo município de Santa Luzia, chamada hoje, de Luziânia.

Ainda, o autor Silva (1999, p. 47-48), conceitua os principais trabalhos da comissão exploradora, conforme prega o próprio Relatório Parcial de Luiz Cruls:

> 1º) Demarcação da zona reservada para o Distrito federal, com uma extensão de 14.400 quilômetros quadrados, e limitada por dois arcos de paralelo e dois arcos de meridiano.
> 2º) Levantamento dos itinerários percorridos, numa extensão de cerca de 4.000 quilômetros.
> 3º) Levantamento das lagoas Feia, Formosa e Mestra D'Armas.
> 4º) Medição das despesas ou débitos fluviais do Corumbá e Congonhas do Ouro, Saia Velha, Descoberto, Alagado, Santa Maria, Areia, Palmital, Mesquita, Sant'Ana, Papuda, Paranoá, Mestre D'Armas, Pipiripau e Preto e Jardim.
> 5º) Declinação magnética em Pirenópolis, entre Rios, Santa Luzia, Formosa e Goiás.
> 6º) Posição geográfica de grande número de pontos e suas altitudes.
> 7º) Diferença de longitude pelo telégrafo elétrico entre Goiás, Uberaba, São Paulo e a Capital Federal.
> 8º) Estudo da Geologia da região explorada.
> 9º) Coleção mineralógica e botânica da mesma região.
> 10º) Plantas das cidades de Catalão, Pirenópolis, Santa Luzia, Formosa, Goiás e Mestre D'Armas.

A comissão encaminhou ao ministro de obras públicas, em 1893, um documento parcial e, no término de 1894, o relatório final. Nesses documentos fundamentais e na própria descrição de Cruls, há aprendizados de alto escalão. Esse trabalho, encaminhado ao governo, veio com luz, até então não usufruída pela parte central do país. A topografia, as fontes de energia, a fertilidade do solo, a abundância das águas, a geologia, a fauna e a flora, a salubridade da região, o clima, a beleza panorâmica, tudo foi especificamente estudado, observado e descrito.

No documento, extenso, bem desenvolvido, podem ser aproveitados pequenos trechos de interesse geral e a maioria da matéria nele tratada só pode interessar aos estudiosos de cada especialidade. Assim, como transcreve Silva (1999, p. 51, 52), Cruls relata os tópicos principais:

> a conformação física e climatológica do Planalto Central do Brasil facilita sobremaneira a aclimação do trabalhador europeu.
> A fertilidade do solo, combinada com a altitude, concorre para o bom êxito na cultura e todas as plantas da zona temperada que poderão bem se aclimar nesta região.
> É exuberante a fertilidade do solo; a salubridade, proverbial; grande abundância de excelente água potável; rios navegáveis; extensos planos sem interrupções importantes; soberbas madeiras de construção de suas grandes florestas; tudo, enfim, que tem as mais estreitas relações com os progressos materiais de uma grande cidade e com o bem-estar dos seus habitantes.
> São abundantes as águas em curso permanente, principalmente na parte meridional da zona demarcada, tornando-se fácil abastecer uma cidade, por mais populosa que seja.
> Se a nossa temperatura é bem mais amena que a do Rio, por lhe ser superior, por estar acima de São Paulo, o nosso estado térmico, creio eu, não lhe fica pior, porque o excesso da nossa média é pequeno, como se viu, e a calidez atmosférica atua sobre nós de mãos dadas com a umidade, que realça, quando exagerada, a sensação produzida por aquela. Em São Paulo esta é bem superior à nossa.

Ainda o autor diz que Cruls, , concluiu o relatório com essas palavras:

> um dos resultados mais importantes que a comissão colheu e sobre o qual ousamos chamar a atenção, é concernente ao clima da região exploradora.
> Sem receio de errar, podemos asseverar que bem pequeno é o número dos brasileiros que a conhecem sob este ponto de vista,e, quanto aos exploradores estrangeiros, bem poucos são aqueles que a tenham convenientemente explorado.
> Para concluir esta rápida exposição dos trabalhos realizados pela comissão Exploradora, apresentaremos algumas considerações sobre a projetada mudança da Capital Federal, que motivou a demarcação da zona, reservada para o futuro do Distrito Federal.
> Sem entrarmos aqui em considerações de ordem política e administrativa, que não são da nossa competência, muitas razões há que aconselham a mudança da Capital Federal para um ponto do interior do território.
> Entre elas salienta-se o incontestável benefício que daí resultará para toda essa imensa região central, à qual faltou até hoje a indispensável vitalidade para que se pudesse desenvolver e progredir convenientemente.
> Para ela convergiriam então as principais estradas de ferro, que seriam como que as artérias ligando-a não só aos principais portos do litoral como também às capitais dos diversos Estados.
> Quanto aos inconvenientes ou desvantagens que dessa medida podem provir, acreditamos que eles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco propensas às idéias progressistas e que, considerando insuperáveis as dificuldades que lhe são inerentes, acham preferível não sair dos trilhos da velha rotina esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso.

> Umas objeções à mudança da Capital Federal para a região do Planalto têm ouvido formular várias vezes, única que nos parece digna de ser refutada: é a distância.

Apresentado seu trabalho final, em 1894, Luiz Cruls foi indicado pelo Floriano Peixoto a ocupar a Comissão de Estudos da Nova Capital da União. A comissão confirmou as deduções posteriores e executou trabalhos acabados, incluindo um reforçamento topográfico de toda a área de 14.400 km² do quadrilátero marcado e desenvolvendo, em 1895, o mapa inicial do Distrito Federal.

### 3.3 A SUBIDA DO JK NO PODER

A campanha presidencial do candidato Kubitschek começa em 1955, na cidade de Jataí, no Estado de Goiás. No primeiro comício, em meio a tantos outros que viriam, ele era sempre interrompido ao fim dos discursos sobre a construção da nova capital. Ele sempre respondia que, no seu mandado, realizaria a missão. Portanto, a transferência da capital brasileira para a parte interna do país era obrigação constitucional e quem conseguiria dar os passos iniciais para essa modificação seria o então governador JK. Para tanto, já havia autorização mediante instrumentos legais.

Mediante a Lei Ordinária nº 1.803, de 5 de janeiro de 1953, o Poder Executivo ficou autorizado a realizar estudos definitivos sobre a localização da Nova Capital da República.

Em 30 de abril de 1955, foi criado um Decreto Estadual de Goiás, nº 480, manifestando a obrigação de se definir uma área pública, destinada à localização da capital federal, sendo inserida no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e no art. 141, parágrafo 16, da Constituição Federal.

O governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, em 10 de maio de 1955, encaminhou uma mensagem à Assembléia Estadual que autorizava na manhã seguinte a realização do despejo da área do novo Distrito Federal. Em 11 de maio de 1955 o Decreto nº 500 do Estado de Goiás, interrompe qualquer doação de terras vagas naquele espaço.

A V Conferência dos Governadores da Bacia Paraná—Uruguai, reunidas em 29 de maio de 1955 em Goiânia, aceita a comoção que ajuda na transferência. E em despacho no dia 15 de agosto, o presidente Café Filho homologa o Relatório Polli Coelho e autoriza o espaço, mandando que as atividades continuem. Em 5 de outubro do mesmo ano, o Decreto Estadual de Goiás nº 1258 estabelece a comissão de cooperação para a transferência da capital, já sob o governo de Altamiro de Moura Pacheco.

Concluídas assim as primeiras etapas, em 9 de dezembro de 1955, a então Comissão de Planejamento do governo do presidente Nereu Ramos modifica, com o Decreto nº 38.281, a Comissão da Capital em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, permanecendo revogado o Decreto nº 36.598, de 11 de dezembro de 1954.

Os gastos com o despejo da área do Distrito Federal, incluindo o ressarcimento pago ao Estado de Goiás, geraram uma despesa de Cr$ 120.000.000,00 aos cofres públicos no ano de 1956. Em 10 de janeiro de 1956, o deputado Taciano de Melo exibe o projeto de Lei nº 948, de 1956, que gera ao governo poderes legais para a concretização das edificações.

Estava tudo preparado, faltando somente o construtor. Na verdade, alguém que tivesse as condições necessárias para empreitar a construção, visando à necessidade de poder executá-la.

Em 31 de janeiro de 1956, toma posse no cargo de Presidente da República o senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), datada pela Mensagem de Anápolis na Lei nº 2.874. E, em 15 de março, o Presidente JK manda ao Congresso a primeira notícia do seu governo, informando nela:

> está o Governo Federal em condições de prosseguir na obra de construção da terceira Metrópole do Brasil, tendo sido programadas para o ano em curso os trabalhos relativos à demarcação das fronteiras do território do futuro Distrito Federal: levantamento das cartas, nas escalas de 1:1000, dos terrenos sobre os quais vai ser planejada a nova sede do Governo, desapropriação da área de 5.850 m² destinada ao futuro Distrito Federal; planejamento da nova capital, e avanço em direção ao sítio da nova cidade das vias de comunicação já estudadas.
>
> (**Brasília**: História de uma idéia, 1960, p. 149)

Durante uma viagem para Manaus, o presidente sentiu vontade de fazer uma parada em Goiânia, para documentar naquela cidade o discurso que encaminharia ao Congresso, em 18 de abril, oferecendo a troca da nova capital para o Planalto Central. Entretanto, foi irrealizável o desembarque em Goiânia. JK (1999, p. 149) descreve esse fato:

> sobrevoamos a cidade durante largo tempo e afinal, às 4 e meia da madrugada, aterrissamos na cidade de Anápolis, em cujo aeroporto quatro ou cinco pessoas, por acaso, se encontravam. Estas quatro ou cinco pessoas foram por mim convocadas para uma sala de aeroporto e ali redigimos uma pequena mensagem assinada por todos os presentes, na qual se assinalava o fato de que, naquele instante, na cidade de Anápolis, as 4:30 da madrugada, no dia 18 de abril, já eu assinava a mensagem que seria submetida ao congresso pedindo autorização para a construção da capital...

A proposta de norma, enviada ao Congresso, pela notícia de Anápolis, dava início à demarcação de localidade da nova capital federal:

> começa no ponto de Lat. 15º 30' S. E Long. 48º 12' W. Green. Desse ponto, segue para leste pelo paralelo de 15º 30 S'. Até encontrar o meridiano de 47º 25' W. Green. Desse ponto, segue o mesmo meridiano de 47º e 25' W. Green, para o sul até o talvegue do Córrego Santa Rita até a confluência deste com o rio Preto, logo a jusante da Lagoa Feia. Da confluência do Córrego Santa Rita com o Rio Preto, segue pelo talvegue deste último na direção sul até cruzar o paralelo 16º 03 na direção oeste, até encontrar o talvegue do Rio descoberto. Daí para o norte, pelo talvegue do Rio Descoberto até encontrar o meridiano de 48º 12' W. Green. Daí para o norte, pelo meridiano de 48º 30' S. Fechando o perímetro.
>
> (**Brasília**: História de uma idéia, 1960, p. 150)

A empresa responsável pela demarcação da zona e do planejamento viria a se chamar Companhia Urbanizadora da Capital Federal, tendo a finalidade de implantar os trabalhos de localização, urbanização e construção da futura capital. A empresa obteve um fundo de Cr$ 200.000.000,00, repartidos em 200.000 ações nominativas e ordinárias, pelo valor de Cr$ 1.000,00 cada uma, dinheiro esse que a União deve escrever em forma de soma total e que pode sofrer alterações, se cabível for, por lei. E então o documento sofre transformações dentro da Lei nº 2.874, de 19 de setembro 1956, na qual passou a se chamar de Companhia Urbanizadora da nova Capital do Brasil, obtendo um capital de Cr$ 500.000.000,00 partidos em 500.000 ações de Cr$ 1.000,00 cada uma. Esses dados encontram-se no livro Brasília: história de uma idéia, 1960.

Kubitschek decide anular a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal pela ação da Novacap, em 24 de setembro de 1956, no Decreto nº 40.016, dos quais as propriedades, os trabalhos, os deveres e as obrigações são levados para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Com isso, em 30 de setembro, o processo oficial para o Plano Piloto é noticiado pelos meios de comunicação. E o Lúcio Costa conseguiria derrotar os seus adversários, com seu projeto de uma nova cidade, que sendo considerado extraordinário, útil, apropriado, aconchegante e pessoal, acabou conseguindo ser ao mesmo tempo sucinto, e consequentemente funcional.

Feito todo esse processo, em 02 de outubro, pela primeira vez, desembarca na fazenda da cidade o presidente JK, com a finalidade de nomear ministros e dar início às obras de construção de estradas e do aeroporto. No dia 3 de novembro de 1956, iniciou-se a limpeza das áreas, dando abertura de atalhos e pistas de trabalho.

O novo presidente da Novacap, Israel Pinheiro, foi nomeado em 9 de outubro. Em 17 de outubro, alguns amigos do Juscelino lhe proporcionam uma casa temporária no espaço da Capital Federal. Esse palácio provisório, chamado Catetinho, edificado em menos de 10 dias e hoje tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi criado pelo Oscar Niemeyer. Isso será melhor tratado em outro capítulo.

# CAPÍTULO 4

## A PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E DO TURISMO

O turismo é uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo, por causa do fato histórico da industrialização, da redução da jornada de trabalho, da remuneração e do aumento do tempo livre. Na atualidade, as pessoas buscam em seu tempo livre, o descanso, o lazer e as viagens. Segundo Andrade (2000, p. 11),

> a disparada do turismo nas últimas décadas do século XX é fruto de uma ampla teia que envolve as dimensões nas áreas de comunicação dos transportes mundiais, decorrentes da internacionalização das economias. Outra explicação para esse crescimento foram os avanços consideráveis alcançados por diversas regiões do mundo, como a abertura política, econômica e cultural da Rússia e dos países vizinhos da Europa ocidental, a consolidação do mercado asiático e o crescimento da Austrália e Nova Zelândia, ambas nações capitalistas desenvolvidas e com alto nível de qualidade de vida. Mesmo na América Latina emergiu, recentemente, uma consciência turística voltada para a valorização da oferta natural dos países do Cone Sul e para expansão dos mercados e PIB's nacionais.

Essas tendências do turismo, agregadas com a globalização, desenvolvem um crescimento, em virtude da minimização das distâncias, aproximação entre os povos e o avanço tecnológico, favorecendo a ascensão da demanda por produtos e serviços diferenciados, ocasionando a concorrência no setor e o desenvolvimento local.

Ao analisar o turismo na contemporaneidade, no âmbito global e nos fatores econômicos, políticos e sociais, nota-se que os benefícios econômicos gerados pelo turismo em destinações, desenvolvem-se cada vez mais, proporcionando opções de melhor qualidade de vida da população local, e surgem ofertas de empregos e a inserção global. Por meio da internet é possível obter informações de qualquer local do mundo e com uma simples busca em um *site* de pesquisa tem-se inúmeras informações. Nem só da economia vive uma destinação; os fatores socioculturais e ambientais são relevantes em razão de se constituírem atrativos turísticos.

Quando há turismo, altera-se todo o cotidiano de uma cidade receptiva. O turismo simboliza agitação e isso envolve objetos, fatos, pessoas se relacionando e estabelece um sistema de comunicação em que a questão cultural é afetada na relação dos turistas com a comunidade receptora que possui suas próprias características. Tem-se uma diversidade cultural muito grande em uma localidade atrativa.

Vale ressaltar que cada destino apresenta uma realidade sociocultural peculiar e proporciona aos turistas e à comunidade local uma experiência cultural quando interagem, ampliando e diversificando suas visões do mundo, quebrando barreiras. As relações entre os turistas e a população local se estabelecem basicamente quando aqueles buscam informações, procuram adquirir bens e serviços e quando ambos compartilham espaços. A oferta de serviços, equipamentos e produtos torna-se um negócio em que o turista é um consumidor e os empresários são os vendedores. Essa relação de produção e de mercado decorre da prática do lazer por pessoas fora de suas cidades residenciais.

O turismo quando analisado sob o aspecto cultural causa impactos positivos e negativos nas comunidades de destinações turísticas. Ao mesmo tempo em que há o benefício econômico, social e cultural da atividade, também pode haver a perda da identidade cultural local. Esses efeitos vão se refletir nas próximas gerações, que irão absorver elementos de outras culturas, porque a cultura local vai sofrendo modificações ao longo do tempo. Mudam-se os hábitos, os valores e as formas de vida da sociedade. O turismo de massa é um grande causador dessa perda de valores, faz com que ocorra alteração no cotidiano, migrações para as destinações, descaracterização dos bens materiais e as produções são voltadas à sociedade de consumo.

É importante ressaltar que o povo, em sua grande maioria, não conhece os valores de seus bens e também não entende as possibilidades que o turismo

proporciona. O governo municipal, por sua vez, não executa sua função de enviar informações sobre a capacidade local e os sistemas de apoio ao turismo de sua cidade. E os donos de empreendimentos, nada unidos e tão pouco informados, desenvolvem trabalhos sob as óticas individuais e com uma análise limitada de futuro e oportunidades. A abertura desse ciclo acontece por causa dos intermédios de fundações ou de gente de fora da comunidade receptiva, com propostas de cursos, ministrados pelo governo federal, de programas feitos por parcerias de organizações de ajuda e de empréstimos de serventias como o Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), empreendedores de outros centros urbanos que visam, na cidade, a uma potencialidade ainda não divulgada ou reconhecida. Entretanto, a intervenção de pessoas de fora pode causar desavenças e, por ignorância das especialidades locais, descaracteriza o que realmente é o fator determinante de uma cidade, a cultura. Assim:

> o domínio pela população local, alvo da transformação urbana, do que pode significar o desenvolvimento do turismo, é uma forma de controle e conscientização necessária e depende de sua mobilização coletiva (DAMIANI, 1997, p. 49).

Portanto, a intercalação de todas as formas sociais, no sistema de realização do *trade* turístico, é concretizada pelo nível de certezas ou incertezas das atividades turísticas, das repartições de abundâncias ou da atenção, benfeitoria ou destruição de determinadas condições de vida da população local.

Nesse caso há de se considerar alguns aspectos importantes para que haja um sistema efetivo, cabível à cidade, levando em conta os aspectos de valorização dos bens locais. Precisa-se de uma revitalização interna que almeje o desempenho do orgulho pela comunidade. Não se consegue reforçar a atividade turística pensando em um lugar que é descrente de si próprio, que não tenha orgulho pelo que possui e o que é.

A ação de todos os envolvidos da comunidade – fazendo com que essa seja rápida e catalisadora de sugestões e manifestações públicas – consequentemente vem mostrando resultados em alguns locais. Outro fator importante e considerado prioritário é a redefinição da semelhança que a comunidade receptiva tem de si mesma. Agregando assim o sistema de reconhecimento, formação e apresentação da imagem da comunidade, pode-se ter também uma forma diversificada de demonstração interna, levando aos moradores o sentimento de seu lugar, observando o seu potencial turístico e a oferta turística, além, é claro, da apresentação da infraestrutura, dos equipamentos e serviços, em um núcleo urbano que possua acervo histórico e cultural. Levantar e interpretar seu patrimônio é indispensável para efetivar a valorização dos bens.

O planejamento da atividade, com o estabelecimento de grandes parcerias e com a definição dos objetivos e das diretrizes políticas e operacionais a serem tomadas, é o que pode assegurar a implementação do turismo de forma sustentável. O planejamento em espaços urbanos deve garantir ou potencializar a qualidade de vida do lugar, criando condições técnicas, legais e administrativas para que as soluções sejam alcançadas.

O entendimento do turista, do ponto de vista de quem interpreta a demanda, é um dos fatores que diferenciam a efetivação das estratégias, confirmando a gestão de núcleo. Entender a demanda condiz em: a) buscar informação sobre os turistas que, já frequentam o local receptivo; e b) definir também o público que mais interessa receber. É importante e faz parte da estratégia do planejamento turístico o conhecimento da demanda e a definição daquela que mais lhe interessa. Cabe ressaltar que pensar na atividade turística influi em medidas que afetarão diretamente a cidade, seu *habitat* e sua população, a partir do núcleo local, receptor. E o olhar crítico do cliente também é determinante na hora de finalizar o negócio - todas as partes devem ser respeitadas,

principalmente, as relações existentes entre elas. O turismo se torna, a cada dia, mais competitivo, exigente e seletivo, produzindo formas coerentes, com propagandas de planos de ação e formação de um *marketing* eficaz, como dito anteriormente.

O planejamento urbano deve ser obtido por propostas concretas e factíveis, uma vez que só ganha direção quando realizado. Na verdade, as pequenas e médias cidades obtêm poucas informações sobre a necessidade de planejar e a respeito de conviverem no mesmo mundo globalizado, andam num ritmo e em um cotidiano bastante diversificado dos grandes centros urbanos. Pode-se analisar que nem o Plano Diretor Urbano, ordenado pela Constituição Federal para as cidades que possuam mais de 20.000 habitantes, foi criado especificamente para os pequenos e médios municípios. Apesar das alterações dos recursos financeiros, ocasionadas pela Constituição de 1988, em que os municípios ganham mais parcelas, comparando-se ao que recebiam antigamente, as nossas cidades, sejam elas pequenas ou médias, necessitam de reestruturação que venha a facilitar um processo de planejamento e a capacitação de recursos humanos para coordenar a aplicação desses recursos.

## 4.1 PIONEIROS DE BRASÍLIA

Em seus primeiros anos, Brasília foi tomada por uma população vinda de todas as regiões do país. Nesse processo migratório, é importante salientar que os descendentes de africanos e portugueses também ajudaram na formação da cidade, assim como os de outras nacionalidades. Para compreender melhor os habitantes de Brasília, é necessário recordar os primeiros imigrantes, aqueles que sonhavam em ser bem-sucedidos e em ocupar lugares mais altos e outros pelo sentido místico que a cidade possui, acolhendo uma legião de místicos, de inúmeras religiões. Outra

classificação importante seria a dos imigrantes que vieram por motivos de transferência de cargos ou por vontade própria.

O início de Brasília é caracterizado por controvérsias, pois ao mesmo tempo em que se estava projetando uma cidade do futuro, de outro, existiam as baixas condições de vida e de trabalho para os migrantes responsáveis pela construção da nova capital.

Segundo Ernesto Silva (2009), 94 anos, pioneiro, médico pediatra e engenheiro: “era condição de vitória que todos multiplicassem o esforço assumido com a nação, levando, se preciso, seu entusiasmo pelo trabalho e sua identificação com a obra até o limite do próprio sacrifício. Éramos verdadeiros escravos, mas escravos de um ideal”.

Os pioneiros de Brasília sofreram com as circunstâncias impostas, principalmente com a questão de moradia, pois o número de trabalhadores excedeu os locais de alojamento e a ausência dos familiares piorava tudo. Agregava-se a isso o controle mantido pela organização responsável pela construção de Brasília – a Novacap, mantendo o controle de horários, proibindo o consumo de bebidas alcoólicas e privando seus funcionários de melhores condições.

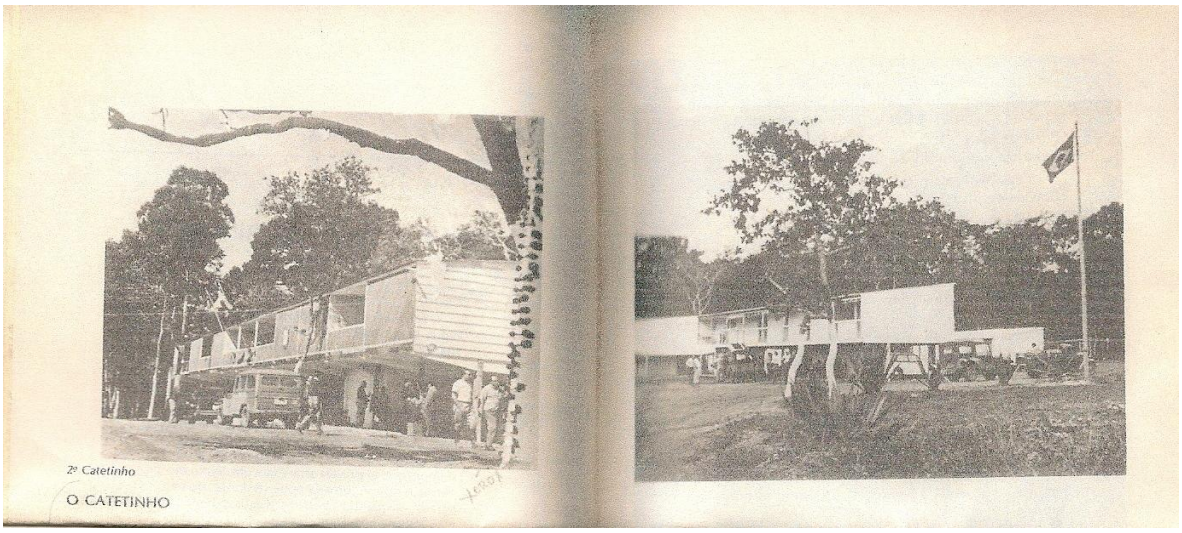
No dia da inauguração de Brasília, estavam presentes cerca de 70. 000 mil funcionários, quase todos já transferidos para as cidades-satélites, sem antes serem avisados. Desde o princípio, uma parte da população já não vivia no Plano Piloto, traçando-se assim alguns meios de exclusão.

Brasília revelava novos ares para todos aqueles que passavam por dificuldades em suas terras de origem, ela transparecia a paz e o futuro de uma vida melhor para quem procurava emprego.

# CAPÍTULO 5

## CATETINHO – PATRIMÔNIO ESQUECIDO DE BRASÍLIA

**Figura 1**




Fonte: Livro Ernesto Silva (1999, p. 188, 189).

Cronologia da Construção (ver em anexo) do "Palácio de Tábuas" – "Catetinho".

"No dia 2/10/1956, JK, visita pela primeira vez o sítio da Nova Capital e determina a instalação do Núcleo Pioneiro, em área próxima à Fazenda do Gama".

Para o autor Ernesto Silva (2009), conforme citação no capítulo anterior, pioneiro, médico e engenheiro, "o Catetinho é símbolo de Brasília. Ele representa o idealismo, a fé, a esperança, o amor ao trabalho, a bravura e o patriotismo de milhares de brasileiros que edificaram a Capital Federal".

Os primeiros passos para a construção de Brasília vieram da edificação do Catetinho, pois o fator determinante para a demarcação da área – do também denominado "Palácio de Tábuas", na localidade do Gama, se deu pela existência de uma fonte chamada Olhos d'água, que na época abastecia a Fazenda Gama, e que ainda se

tornaria o local da construção. Na atualidade, essa fonte não faz mais parte do Catetinho e sim da área do Country Club.

Deixa claro, uma funcionária (33 anos) do Catetinho, que:

> a nascente Tom Jobim tinha sido cedida ao clube em 1958, ano de sua construção, mas que não conseguiu obter mais dados, porque nem mesmo as pessoas que estiveram no clube, na época, não sabiam informar com precisão o ocorrido e nem a prova de tal doação.

As informações são algo bem restrito, pois o Catetinho mudou de gerência e não se tem esses documentos.

Segundo o autor Ernesto Silva (2009): "Em 1958, antes da construção de Brasília a Novacap decide doar ao Country Club partes da terra da antiga Fazenda Gama. Os dois primeiros títulos do clube foram concebidos ao JK e ao Israel Pinheiro".

**Figura 2**

Fonte: Livro Ernesto Silva (1999, p. 182).

Conforme o cronograma de *folder* do Catetinho:

> reunidos no Juca's bar, no hotel Ambassador, Rio de Janeiro, em 12/10/1956, amigos do Presidente Kubitschek, decidem construir uma casa de madeira que logo denominariam *"Palácio das Tábuas"* e mais tarde, Catetinho, funcionando como área de pouso para a comissão do Presidente e dos Diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, durante a construção de Brasília.

Segundo uma funcionária do Catetinho:

> o primeiro campo de pouso construído em Brasília foi o da área próximo ao Catetinho, com intuito de gerar melhor comodidade ao Presidente JK e após a construção do Country Clube, em 1958, decidiram extinguir a área de pouso que existia no Catetinho.

**Figura 3**

Fonte: Livro Ernesto Silva (1999, p. 180).

Hoje a antiga área de pouso do Catetinho também se encontra nas dependências do Country Club (CCB). O motivo pelo qual o CCB se apossou de áreas do Catetinho não se sabe, e ninguém consegue detalhar, e fica perceptível que o espaço

do Catetinho está reduzido por conta da existência do clube ao seu lado. E todos esses fatos ficam ocultos em virtude da falta de documentação da atual gerência.

> Na quarta-feira, dia 17/10/1956, amigos do Presidente, cotizando-se e recorrendo a empréstimo bancário de 500 mil cruzeiros, arrecadados pelo banco em Belo Horizonte. Que empregam na construção da residência provisória no Planalto Central. Oscar Niemeyer, elabora um projeto para a casa, uma edificação simples a ser construída com maior rapidez. Participaram da arrecadação de fundos e da sua construção os dez amigos do Presidente: Oscar Niemeyer, João Milton Prates, João Ferreira de C. Chaves (Juca Chaves), Roberto Pena, César Prates, Dilermando Reis, Vivaldo Lyrio, Osório Reis, Agostinho Montandon e Emídio Rocha.
> E no dia 18/10/1956, partiram caminhões do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, levando a primeira remessa de material para construção do Palácio Provisório. Roberto Pena, diretor da FERTISA encaminhou a partir da cidade de Araxá uma patrol Caterpillar, um grupo motor-gerador de 75 hp e um jeep. A expedição terrestre é integrada também por um operador de máquinas e um cozinheiro.
> Dia 22/10/1956, o local vira ambiente de trabalho. Cerca de vinte homens executavam os mais diferentes serviços, desde a limpeza do terreno, aos primeiros marcos da edificação. Foi montada uma bancada de carpinteiros para a elaboração da madeira e, um *jeep* estacionado próximo e com motor ligado que acionava uma serra, cortando as primeiras vigas do "Palácio de Tábuas.

De acordo com o Folder do Catetinho, o dia:

> 23/10/1956 inicia-se às cinco da manhã, surge no céu, um avião teco-teco, sobrevoando insistentemente a área e logo desce no pequeno campo de pouso Bernardo Sayão. O grupo não se agrada. Mas Sayão, logo se integra ao espírito daqueles pioneiros e promete guardar sigilo. De dois em dois dias Sayão leva gêneros alimentícios e até cerveja para o pessoal.
> No dia 24/10/1956, desce no campo de pouso da fazenda do Gama, um pequeno avião da FAB, de prefixo NA-1621, realizam inspeção nesta. Neste terceiro dia de trabalho foi preparado o primeiro concreto no Planalto Central, para ser utilizado na colocação na fixação das vigas de sustentação do "Palácio de Tábuas.
> Dia 25/10/1956, foram instalados o assoalho, os aparelhos sanitários, água e luz.
> No dia 27/10/1956, a pista de pouso é ampliada e recebe três teco-tecos, de Goiânia que visitam a região.
> No dia 28/10/1956, procedente do Rio de Janeiro, chega um caminhão, sob a direção de Vivaldo Lírio, transportando material para a residência, incluindo uma geladeira, móveis e outras facilidades. De Araxá chega a patrol ( trator), que no trajeto Luziânia/Gama, o operário desceu a lâmina e já veio aperfeiçoando a estrada e ao chegar já aumenta a pista de pouso. Um avião da Panair do Brasil experimenta tentar aterrizar, mas as condições metereológicas são adversas. No aeroporto mais próximo, o de Luziânia, era desembarcado um conjunto de objetos específicos para a realização de um rádio farol.
> No dia 29/10/1956, chega ao local o rádio-operador Jaime Correia da Costa, para a instalação do rádio Farol e uma estação de rádio transmissora sob o prefixo PYVA, estabelecendo comunicações com o Palácio do Catete. Os serviços de rádio telegrama e radiofonia passam a funcionar.

> No dia 30/10/1956, assentou-se o piso de Cerâmica São Caetano, e à noite teve início a pintura da casa.

Conforme ainda, o Folder do Catetinho, no dia:

> 31/10/1956, chegam em vôo da Panair, organizado por Rubens Berta, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, Ernesto Silva, Marco Paulo Rabelo, Niomar Muniz Sodré, José Veloso Portinho, Eric Carvalho, Henrique Bertarim, Frederick Ludvizsen, Jaime Maurício, Ralff Laager e Ermanto Coelho da Silva. O *"Palácio de Tábuas"* está pronto para ser habitado, inclusive com instalação elétrica e sanitária, fogão a lenha, todos os móveis bem dispostos e arrumados sob a orientação de Niemeyer, César Prates e Juca Chaves. Operários e Engenheiros se reúnem para um churrasco de confraternização. O Presidente não poderá estar no dia seguinte, sendo remarcada para o dia 10 de novembro. O *"Palácio de Tábuas"* recebe o nome de Catetinho, sugerido por Dilermando Reis, em alusão ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.
> No dia 10/11/1956, chega a Brasília o Presidente JK, vindo de BH, aguardado por uma festa de inauguração, mas uma forte chuva cai sobre a região central, reduzindo a comemoração para dentro da residência. Nas dependências da casa, foi servido frango ao molho pardo e angu. No término do almoço, logo fizeram o primeiro despacho no Catetinho, e após o jantar, o Presidente foi comemorado com uma seresta, com os pioneiros cantando o peixe vivo e a música da Capital Central (música de Dilermando Reis e letra de Bastos Tigre).

Arquitetado por Niemeyer, o ex-Palácio de Tábuas foi a primeira sede e moradia do presidente em Brasília. A residência, um marco da arquitetura, nos anos 1950, teve seu piso pendurado sobre pilotis. A ingenuidade das vigas veio da obrigação de edificá-lo em menos de dez dias. O Catetinho possui uma metragem de 410, 275.75 m², e suas tábuas são de dois materiais diferentes, ipê e angico, nas cores branco-gelo e azul celeste.

Em homenagem a Juscelino Kubitschek, o escultor José Pedroso decide presenteá-lo com uma Estatua de Bronze (ver anexo) localizada bem na frente do Catetinho, no dia 10/11/1956.

Dada a importância do Catetinho para Brasília, em 1959, o presidente Juscelino junto com o então Ministro da Educação e da Cultura (MEC), Clóvis Salgado, decidem tombá-lo como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Eles se preocuparam em preservar a primeira edificação feita na Nova Capital, alegando que tinham a intenção de fomentar o tombamento do Catetinho, com empenho no fator histórico, conseguido com a ampliação de Brasília. Mas analisaram que, desde a criação

do monumento Catetinho até aquele momento, ainda se tratava de um tempo pequeno para incluí-lo na previsão histórica. No entanto, o que realmente importava para eles era a manutenção da residência e do resguardo diário.

Para dar início ao processo de tombamento, havia algumas necessidades, como o documento oficial ou cópia do projeto correspondente ao Catetinho, assim, também, era necessária a forma contemporânea da parte de dentro e de fora, e fotografias da construção em andamento e já finalizada.

Outro aspecto interessante é que o presidente JK também visava a transformar o Catetinho em Museu, agregado com a ideia de conservação. A funcionária do Catetinho esclarece (2009) que o mesmo viria a se transformar em museu,

> pela simbologia da época, pela simplicidade que hoje não existe mais. Na atualidade, o Presidente do país mora em uma casa luxuosa, moderna e, na época, o Catetinho foi construído com um material mais clássico, mais rústico - era exatamente para deslumbrar aquela coisa simples que a cidade tinha que ter. Então ele foi tombado pelo IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no intuito de que mantivesse uma estrutura inalterada.

O que de fato é verdade, comparadas as fotos da parte interna com as que estão fixadas na parte de fora do Catetinho, indica total prevalecimento da conservação.

Portanto, no dia 10 de novembro de 1959, o Catetinho é inserido no **Livro do Tombo Histórico**, sendo um ato simples, mas de grande valor, visando, em meio à magnitude da edificação da Nova Capital, à conservação da pequena construção, para que as futuras gerações possam conhecer o início simples de Brasília, estabelecendo, assim, a garantia de preservar de forma consciente e expressiva a memória e a identidade do Brasil, resguardando o passado. Vale ressaltar que, segundo a funcionária Alessandra Ribeiro (2009),

> o Catetinho é tombado em nível nacional e há uma proposta da diretoria do DEPHA-DF - Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal em tombá-lo em nível Distrital, influenciada pela importância que o

> Catetinho tem para nossa Capital da República e por ter sido a primeira edificação erguida e a sede oficial de Juscelino Kubitschek de Oliveira, em Brasília.

Antes desse patrimônio passar para a gerência do governo local, quem o mantinha era o ex-motorista do Juscelino Kubitschek, conhecido como Luciano, período em que ele criou toda a sua família. Durante a sua estadia na residência provisória, o motorista morou onde hoje é a atual administração do Catetinho.

Segundo o *site* da Secretaria de Cultura do Distrito Federal (2009, p. 1), "O Catetinho abrigou diretores e engenheiros da NOVACAP e também personalidades que visitavam a cidade em construção, como o Presidente de Portugal, Craveiro Lopes". Quanto ao quesito de números de celebridades internacionais da época e atuais, não constam nos arquivos do Catetinho por falta de documentação. Pelo registro de visitantes, constam poucas visitas de turistas internacionais.

É importante ressaltar que essa ausência de documentos desfavorece o entendimento sobre a redução da área do Catetinho, e porque alguns espaços fazem parte do Country Club. A gerência da Alessandra Ribeiro, que vem de setembro do ano passado até hoje, sente falta de documentação desde o término da gerência anterior, que durou de 2000 a 2008.

Após a edificação do Catetinho, surgiram novas construções, seguindo os mesmos padrões e lembranças daqueles pioneiros que ajudaram a desenvolver o Museu do Catetinho e Brasília. Outro bem tombado que segue as técnicas de construção do Catetinho é localizado no Núcleo Bandeirante.

Conforme o *site* da Secretaria de Cultura do Distrito Federal (ibid.),

> muitos brasileiros não sabem que o projeto de Brasília começou a tornar forma exatamente quando os candangos e os que dirigiam as obras se instalaram a partir de 1956, na Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, nas primeiras ruas abertas, por tratores dirigidos por pioneiros como Bernardo Saião. E que ao lado da cidade livre, seria erguido o primeiro hospital do Distrito Federal, que levaria o nome de hospital Juscelino Kubitschek de

> Oliveira. Pois este antigo hospital de madeira provisório como tudo que se construiu para servir de suporte ao surgimento de Brasília, é hoje o mesmo local em que está instalado o Museu Vivo da Memória Candanga. O nome diz tudo.

Comparadas as fotos do Catetinho (ver em anexo) com as do Museu Vivo da Memória Candanga, observa-se a utilização da mesma madeira em ambos os museus, dando início em construção de casas, padarias, escolas, igrejas e comércio local, localizados no próprio Núcleo Bandeirante e na Vila Planalto durante a época de 1956 até 1980.

No período das instalações dos acampamentos das várias construtoras que vieram fazer as empreitadas para erguer Brasília, nasce a Vila Planalto, e as primeiras firmas que se instalaram para construir o Palácio da Alvorada e o Brasília Palace Hotel foram a Rabelo e a Pacheco. Nos anos seguintes, os de 1957 e 1958, esses acampamentos foram transferidos para a cidade Vila Planalto, facilitando assim a construção do Eixo Monumental e da Praça dos Três Poderes.

Em meados dos anos 1950, já haviam sido instalados mais de vinte acampamentos ao redor das várias obras, e que no momento eram propícios para a edificação de Brasília. Os princípios da arquitetura moderna, interpretados em madeira, se manifestam nas tipologias das construções, principalmente pela volumetria, predominante horizontal, representada pela forma de implantação das estreitas tábuas, que também era de forma horizontal, compondo as fachadas de larga utilização de elementos vazados como: treliças, cobogós, em madeira. Entretanto, muitas coisas mudaram na Vila Planalto nesses longos anos, mas o lugar ainda é um registro urbano da época da construção da Nova Capital.

Em 03 de Janeiro a 24 de março de 2006, a Rede Globo de Televisão decide exibir, com 47 capítulos, uma biografia da vida do ex-presidente, Juscelino Kubitscheck. Escrita por Maria Adelaide Amaral e dirigida por Dennis Carvalho, a série

procura relacionar os fatos históricos com um enredo de personagens reais e fictícios, agregando diferentes núcleos dramáticos, possuindo características típicas das novelas exibidas pela mesma emissora. A série é dividida em duas partes e acompanha a vida de JK desde a infância. No primeiro episódio é retratada a morte de seu pai, João César Oliveira, enquanto ainda era um menino. Em seguida, os capítulos avançam para a fase adulta de Juscelino que, formado em Medicina e já casado com uma aristocrata, decide se envolver na política de Belo Horizonte e Minas Gerais. A primeira parte da minissérie se baseia nesse drama, quando JK meio que reprimido decide se lançar na vida política e isso causa transtornos em sua relação com a mulher, Sarah, que muitas vezes suplica ao marido que não se torne político assim como o fora seu pai. Na segunda fase, a família de Kubitschek já está adaptada com a influência dele na política e, no decorrer da história, surgem relatos sobre os desafios para chegar à presidência e a construção de Brasília. Algumas das cenas foram gravadas em estúdio, outras o foram em Tiradentes, Diamantina e nas ruas do centro histórico de Santos. Agora, para reproduzir Brasília, foi necessário muito trabalho de computação gráfica.

Continua a mesma funcionária do Catetinho, “não houve nenhuma gravação referente à minissérie no Museu”.

O Catetinho sofreu rejeição e foi reproduzido na minissérie como computação gráfica, assim como quase toda Brasília.

Alguns personagens da primeira fase.

Primeira fase:

*Wagner Moura* – representou o protagonista da série, dos 18 aos 43 anos, sendo sua primeira minissérie e trabalho de época. Para criação do personagem, Wagner procurou se informar sobre tudo de JK leu todas as biografias possíveis, inclusive a que

o próprio JK escreveu, que de acordo com o ator “foi muito importante”. Estudou também a política da época vivida pelo personagem, principalmente de 1930 até 1964, e também a parte teórica de estudo da época. O ator não obteve nenhum contato com os familiares de JK, e só foi conhecer alguns membros da família na festa de estréia da série, o que o deixou muito contente.

Para interpretá-lo, Wagner tentou unir as principais características de JK, o otimismo, a crença no desenvolvimento social, a perseverança, o bom humor, a fé no futuro e na humanidade. Wagner também precisou anular seu sotaque baiano e carioca. Como JK também gostava de dançar, o autor precisou passar por aulas de valsa e outras danças da época.

*Débora Falabella* – interpreta Sarah Lemos Kubitscheck. Esposa de Juscelino.

*Júlia Lemmertz* – interpreta Júlia Kubitschek, mãe de JK.

Na segunda fase, algumas modificações tiveram que ser adaptadas levando em conta a idade dos personagens e o contexto da história.

Na segunda fase:

*José Wilker* passa a representar o JK na sua fase mais madura. Para a interpretação do personagem, foi preciso estudar várias biografias da história do presidente, manter contatos com o ator da primeira fase, Wagner Moura, para fazer readaptações de gestos, falas, tentando seguir o mesmo padrão de interpretação da primeira fase, para não confundir os telespectadores. Vale ressaltar que os protagonistas da minissérie JK sofreram críticas dos historiadores e de grande parte dos jornalistas, por causa de uma criação perfeita de Juscelino, não retratando assim os defeitos que o diferiam na realidade.

*Marília Pêra* – passa a representar Sarah Kubitschek.

*Ariclê Perez* – passa a representar Júlia Kubitscheck.

*Andréia Horta* – Márcia Kubitschek. Filha.

Samara Felippo – Maria Estela Kubitschek. Filha adotiva.

A série retratou a trajetória do JK de forma excepcional, focada na reconstituição da época. O ex-presidente teve vários relacionamentos amorosos extra-conjugais, mas por causa da pressão familiar, todas eles foram reduzidos em apenas um, interpretado por *Letícia Sabatella*.

Em sua estreia a minissérie JK rendeu 39 pontos relativos à audiência e durante as sequências de capítulos obteve média geral de 25 pontos. segundo o instituto de pesquisa Ibope. Em 2008, a minissérie passou a ser reexibida apenas para o Distrito Federal (que não possui eleições municipais) após o **Jornal Nacional** e a partir do 1º de setembro de 2008 o sinal da reprise da minissérie pôde ser captado em todo o Brasil por meio da antena parabólica, pois a partir desse dia o sinal da reapresentação foi aberto pela emissora via satélite.

A minissérie de JK foi a primeira lançada em DVD, pouco tempo depois de ter sido exibida em março de 2008. O lançamento em DVD foi no mês de agosto.

O presidente JK teve uma infância pobre em Diamantina, mas estudou no seminário e depois conseguiu passar em um concurso para telegrafista e assim decidiu se mudar para Belo Horizonte, onde se formou em Medicina, logo depois se especializou em urologia na Europa, onde fez muitos contatos importantes para a sua carreira. Quando retornou ao Brasil, casou-se com Sarah e dessa relação geraram uma filha chamada Márcia e adotaram a Maria Estela. Ingressou na política como chefe de gabinete a convite de Benedito Valadares, que na época era o governador de Minas Gerais e seu amigo. Em 1934, foi eleito pela primeira vez Deputado Federal, o que viria

a se tornar novamente em 1945. Em 1940, é nomeado prefeito de Belo Horizonte e, em 1950, é eleito governador de Minas Gerais. Em 1956, é eleito finalmente Presidente da República. Em 1962, foi eleito senador pelo Estado do Goiás. Pretendia voltar à Presidência, em 1965, porém o governo ditatorial, pós Golpe Militar de 1964, o impediu. Seus direitos políticos foram cassados em 1968 com a acusação de tentar organizar oposição ao governo acima referido.

JK sempre teve a fama de farrista, adorava dançar e brincar com os amigos. Durante suas visitas ao Catetinho, ele sempre trazia amigos e, nesse meio, algumas vezes vinha um cozinheiro chamado Rosental Ramos da Silva.

Rosental Silva, em entrevista ao **Jornal de Brasília**, publicado em 16/4/2009 diz:

> que nunca foi cozinheiro do Presidente Juscelino Kubitschek. Na verdade, eram amigos de farra e que nunca foi funcionário do Estado. Porém, JK sempre recorria a Rosental, quando organizava suas festinhas íntimas, por considerá-lo como o único que cuidava do seu paladar na medida exata. A amizade entre o cozinheiro e o construtor de Brasília passa, inicialmente por Petrópolis. Eu saí de Minas Gerais, com 12 anos de idade, e tomei o rumo do Rio de Janeiro, para onde iam muitos mineiros da minha região. Arrumei um emprego de aprendiz de cozinheiro ( na cidade Serrana), com um mâitre que tinha o apelido de Ministro, acho que por ser amigo do Presidente. Certo dia, JK passou pela cidade e foi visitá-lo, no restaurante onde trabalhávamos. Como eu vinha fazendo um bom aprendizado, o chefe me apresentou ao homem e a empatia foi recíproca.

Enquanto Brasília estava sendo construída, o Rosental já estava fazendo sucesso no Rio de janeiro. Foi por causa disso que o JK o convidou para fazer parte da sua equipe. Mas isso não saiu das informalidades.

Rosental Santos em entrevista ao **Jornal de Brasília** (2009, p. 1).

> Informalmente, veio a Brasília várias vezes preparar banquetes. Os homens do Presidente me apanhavam, em casa, ou no restaurante, me colocavam num avião e, às vezes, fazíamos até três baldeações até chegar ao Catetinho. Desembarcava em Anápolis e já entrava em um caminhão ou em uma caminhonete, pegando depois uma estrada horrível.

Segundo Rosental,

> seus encontros gastronômicos com Juscelino Kubitschek e amigos não se limitavam ao Catetinho. Também ocorria na Cidade Livre – hoje, Núcleo Bandeirante, sempre regado a música e bebida, Ele não disse, no depoimento a rádio nacional, se Juscelino bebia ou cantava alguma coisa. Generalizou, relatando que, "entre um tom e outro, a turma petiscava e molhava o pescoço por dentro

Por causa desta fama: de cozinhar em grandes restaurantes do Rio de Janeiro e conhecer várias pessoas da política, conseguiu abrir um restaurante localizado no Acampamento Pacheco Fernandes, R. 9, casa 10 (V. Planalto), aqui em Brasília, e deu sequência ao seu trabalho de cozinheiro. Rosental faleceu em 6 de setembro de 2005.

## 5.1 CATETINHO HOJE

Fonte: Raphael Ferreira, 2009

Na atualidade, existem controvérsias a respeito de um patrimônio tão antigo e de valor mensurável pra Brasília. Portanto, não estão dando a sua devida importância.

Isso pode ser exemplificado: em um *City Tour*, realizado pela Empresa Brasiliense de Turismo - BrasíliaTur, no dia 14/02/2009, não estava incluído o Catetinho no seu circuito turístico. Conforme o *folder* (ver em anexo) da BrasíliaTur, do Governo do Distrito Federal, "hoje o Catetinho está dentro dos pontos turísticos de Brasília", entretanto, ele não faz parte do circuito usual de visitas de quem contrata os serviços da empresa de Turismo de Brasília.

É importante ressaltar que, nesse mesmo folder, o Catetinho está localizado como 13º ponto turístico de Brasília, estando após a Procuradoria-Geral da República, e não segue uma ordem alfabética.

De acordo com uma guia turística, credenciada pelo Ministério de Turismo (MT), sendo guia regional e internacional:

> a BrasíliaTur se nega a fazer circuitos que gerem altos custos de gasolina e ressalta, também, que outras empresas de Turismo de Brasília deveriam se atentar ao Patrimônio Catetinho, pois ele é o marco da história de Brasília, mas outras empresas de Brasília se negam a fazer circuitos que gerem gastos desnecessários ao olhar de empreendedor.

Em relação a isso, uma funcionária do Catetinho informa que: "isso, já está sendo providenciado. Extra-oficialmente, ele já faz parte do roteiro de Brasília, mas ainda não foi oficializado junto à BrasíliaTur a inclusão do Catetinho".

Isso demonstra a desvalorização do que é nosso, enquanto brasiliense. O Catetinho é o primeiro bem histórico tombado de Brasília e possui a responsabilidade de ter sido a primeira sede de moradia e de governo do Presidente JK. Hoje, a maioria dos visitantes que tem interesse em conhecer o ex-Palácio de Tábuas, vem por intermédio de parente, de algum amigo ou por meio de transporte coletivo. É certo que a distância muito contribui para o "esquecimento" do Catetinho, mas não deveria ser o principal motivo, pois se houvesse um interesse maior, por parte da Secretaria de Cultura e da BrasíliaTur, o roteiro deveria iniciar a partir do Catetinho e daí seguir em frente,

chegando ao Zoológico, depois ao Museu Vivo da Memória Candanga e seguir até chegar à Praça dos Três Poderes, onde está localizada uma gama de Patrimônios Históricos e continuar no percurso.

A professora Carla Alessandra Ramos (2009) diz o seguinte:

> procurei a BrasíliaTur, para fazer um roteiro turístico pelos pontos principais de Brasília, dando início no Museu do Candango e terminando na Praça dos Três Poderes, mas fui informada de que não faziam esse circuito, e não cederam maiores informações. Por fim, a coordenação decidiu contratar outra empresa para não deixar os alunos fora do passeio cultural.

A professora, no intuito de gerar conhecimento e proporcionar aos alunos uma educação patrimonial, vê-se obrigada a contratar um ônibus escolar, por não ter conseguido uma empresa capacitada para prestar tais serviços.

Durante esses quarenta anos, a primeira sede do governo de JK se encontra relativamente bem preservada no que tange à parte interna, pois os quartos, as roupas, os objetos, como, por exemplo, a máquina de escrever e os quadros, foram restaurados em 1997. Mas, quando se depara com o lado de fora, fica notório que as degradações existentes na parte externa dos quartos, da cozinha, das janelas, e do piso que dá acesso aos quartos, são causadas pela questão do tempo e da chuva. Praticamente, toda a parte de fora do museu encontra-se com rachaduras, mofos e degradações.

Uma funcionária do Catetinho deixa claro, que:

> começaram uma pintura nele, em outubro do ano passado, dando início pela parte da frente, pois é a área de impacto do visitante. Então começou a época de chuva e eles deixaram de cuidar do Catetinho, que é uma área exposta, para cuidar do museu do Índio, mas, a Secretaria de Cultura, conta com 1 pintor e 3 ajudantes, para cuidar de todos os museus, essas partes externas que precisam de cuidados, agora que passou a época da chuva, logo eles retornarão à pintura, pois as tintas já estão aí separadas.

É importante ressaltar que todo o processo de revitalização será iniciado ainda neste ano, com o intuito de recuperar as partes danificadas, como as das janelas, do piso que dá acesso aos quartos e da parte detrás do Catetinho.

Outro fato importante é que o Catetinho não possui uma escala de funcionários para fazer face à demanda de visitantes. O turista chega, olha, lê o que está escrito nas paredes, mas se quiser uma informação mais detalhada precisa ir atrás de algum funcionário, pois o guia só trabalha por agendamento de escolas de ensino fundamental, ensino médio, embaixadas e universidades. Cabe ressaltar que a agenda para alunos só tem início após o período de Carnaval.

Segundo um funcionário (34 anos): "Passam pelo Catetinho, por dia, cerca de 60 a 70 alunos, mas não possui o controle sobre isso porque os alunos não assinam o livro de visita".

Entretanto, esses dados também são incoerentes, pois no período de fevereiro a abril de 2009 foi constatado, durante essas visitas, que não procede a passagem por lá de "60 a 70 alunos" por dia. Não existem documentos que comprovem tal cronograma, mas é importante salientar que o estacionamento de funcionários é distante do central, não havendo a menor possibilidade de se confundir os seus carros com os de visitantes, observados em dias e horários diferentes. Segue o cronograma:

Cronograma.

Dia 21/2/2009

No período das 10:00 às 13:50 horas. Não foi visto nenhum veículo de transporte escolar ou turístico no estacionamento do Museu.

Dia 25/2/2009

Das 10:00 até as 12:00 horas, não foi visto nenhum veículo de transporte escolar ou turístico no estacionamento do Museu.

Dia 4/3/2009

No horário de 13:00 horas, não foi visto nenhum veículo de transporte escolar ou turístico no estacionamento do Museu.

Dia 10/3/2009

No horário de 10:00 horas foi vista uma pequena turma de 4ª série, com cerca de 15 a 20 alunos, sendo ministrada uma palestra pelo guia do Catetinho. Há comprovação desse fato por foto (ver anexo).

Dias 18,19 e 20/3/2009

No horário de 13:00 horas, não foi visto nenhum veículo de transporte escolar ou turístico no estacionamento do museu.

Dos dias 24 ao 28/03/2009 — sem coleta de dados.

Dia 2/4/2009

No horário das 14:00 horas, não foi visto nenhum veículo de transporte escolar ou turístico no estacionamento do museu.

Dia 9/4/2009

No horário de 13:00 horas, havia dois carros particulares e um ônibus de viagem.

Dia 12/4/2009

No horário das 14:00 horas, não foi visto nenhum veículo de transporte escolar ou turístico no estacionamento do museu.

Dia 15/4/2009

No horário das 15:00 horas, não foi visto nenhum veículo de transporte escolar ou turístico no estacionamento do museu.

Deixa claro uma funcionária (33 anos) do Catetinho que:

> a gente faz um relatório anual e dentro desse roteiro anual a gente dá a porcentagem da quantidade de visitantes que visitam o Catetinho mês a mês. Este relatório geralmente é apresentado todo final de ano à Secretaria de Cultura, agregado com as benfeitorias e os projetos que foram executados no decorrer do ano.

Os números de visitantes são registrados em um relatório de atividade anual e, hoje, se encontra nas dependências do museu somente o relatório do ano passado e por esse motivo não há como fazer uma comparação do aumento ou da queda de turistas baseado em documentos do Catetinho. Existe um livro de visitas, que fica na parte superior do museu, onde os turistas devem assinar. Mas vale ressaltar que funcionários do Catetinho alegam não ter documentos, porque estão fora dos parâmetros da atual administração. Isso dificulta a comprovação de que o Catetinho tem sofrido queda de visitas escolares e de turistas de outros estados e países. E quando se trata de número de turistas, tudo fica muito vago, oculto, e tudo se direciona para a visitação de escolas públicas ou privadas. Segundo uma funcionária (33 anos) do Catetinho:

> a gente recebe visitação de toda a rede pública do Distrito Federal, e de outras cidades próximas ao GDF, como, Formosa, Valparaíso, que são escolas. No entanto, a rede privada tem um índice menor, mas a rede pública toda costuma vir no decorrer do ano letivo e é exatamente aí que está o agendamento todo; nós precisamos conseguir atender no decorrer dos 365 dias toda a rede pública do Distrito Federal.

Dada as depreciações desses anos, verificou-se que o Catetinho passará por um processo de revitalização, que incluirá a ajuda de um entomólogo e de funcionários do museu, todos coordenados por uma pessoa, durante o período de 13 a 17 de abril de 2009. Dentro das degradações observadas, essa funcionária (33 anos) informa que os pequenos reparos que serão feitos no Catetinho inclui:

> 1. Conseguir madeira com x, para calafetar as frestas do assoalho;
> 2. Retirar o tapete de borracha, caso se consiga a calafetagem;
> 3. Solicitar a compra de produto impermeabilizante de madeira;
> 4. Orientar funcionários na remoção da cera acumulada no assoalho dos quartos e banheiros;
> 5. Orientar funcionários na higienização dos objetos da exposição.
> 6. Orientar funcionários na remoção da identificação visual dos cômodos.

Após a concretização dessas etapas, irão ao museu três responsáveis pela avaliação dos pedidos já feitos. Esse processo de restauração também incluirá as acomodações dos cômodos, conseguindo-se roupas, roupas de cama, móveis, novos utensílios para a cozinha, etc.

No dia 21 de abril de 2009, haverá o evento que deve oficializar a revitalização do Museu Catetinho.

Segundo a mesma funcionária do Catetinho:

> haverá um encontro com o Presidente do Country Club de Brasília – CCB. Pauta: ligação do Catetinho com a Casa da Fazenda Gama; Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Cultura do DF, para viabilizar a ligação... projeto de educação patrimonial e projeto educativo.

E, por fim, o Catetinho será incluído no roteiro turístico, com o apoio da Empresa BrasíliaTur e divulgação do *folder* dessa junção. Vale salientar que passadas essas datas de revitalização, ainda não ocorreram modificações citadas nesse trabalho.

É perceptível que o Catetinho necessita de uma revitalização não só de infraestrutura, mas precisa fazer também uma campanha de comunicação, visando ao aprimoramento do espaço, da busca por demanda. Vangloriar-se por receber muitos ou poucos alunos não engrandece um museu que deveria ser de nível internacional, pois tem tal valor, sendo de onde surgiram os planos e as concretizações de Brasília e sem contar que foi o primeiro bem tombado da Nova Capital pelo seu valor histórico.

# CAPÍTULO 6

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de estudar o Patrimônio Cultural, a pesquisa foi iniciada pelo interesse em adquirir mais conhecimentos sobre os bens de Brasília, agregando a isso a inquietação de que essa cidade possui bens que não estão tendo o valor devido. No desenrolar dos estudos e observações foi-se definindo como um fator específico procurar entender o porquê de o Patrimônio Catetinho estar fora do circuito usual de visitas da Empresa de Turismo BrasíliaTur, sendo notada também a necessidade de restauração de partes externas do museu, dentre outras questões.

Por meio desse estudo, foi possível verificar que os brasileiros são herdeiros do patrimônio cultural e socioambiental de um país, reconhecendo suas riquezas e valores arquitetônicos, ambientais e sociais. Nota-se que em Brasília o desenvolvimento patrimonial está relacionado com o Turismo Cultural, tendo vários museus e monumentos, protegidos pelo IPHAN, e divididos em patrimônio material e imaterial, tendo em vista que é nessa ordem de preocupações que a construção da nova capital do país deve ser examinada. Um dos motivos que ocasionaram a transferência da cidade do Rio de Janeiro para Brasília foi a existência de requisitos que transformassem os modelos existentes de migração interna, como o das comunidades rurais pobres para o urbano incipiente. Brasília pode ser vista de vários aspectos, sejam eles, de planejamento, de economia e de política. Analisando o Turismo na contemporaneidade, no âmbito global e nos fatores econômicos, políticos e sociais nota-se que os benefícios econômicos, gerados pelo turismo, pelas destinações turísticas, desenvolvem-se cada

vez mais, proporcionando opções de melhor qualidade de vida à população local, e surgem ofertas de empregos e a inserção global.

Vive-se a expectativa de eventos futuros no Distrito Federal, pois em 2010 será comemorado o aniversário de 50 anos de Brasília. Espera-se que esse acontecimento seja um novo marco para a Capital do Brasil, tida como a impulsionadora do urbanismo e da arquitetura no século XX. Entretanto, para compreender o fato de Brasília adquirir tal valor, precisa-se voltar no tempo: passado, presente e também referir-se ao futuro.

No passado, quando ainda existiam construções, pode-se dizer, elementares – precisava-se de ter um simples teto para milhares de migrantes que chegavam, e arquiteturas simples, assim como a do Catetinho, que precisava ser edificado rápido e sem luxo e que posteriormente deu sequência a novas construções do mesmo estilo. Para a época, cabe ressaltar que essas construções eram o começo de tudo, de uma grande empreitada, pois se os amigos do JK alegavam precisar construir um espaço rápido para as vindas do Presidente, imagine para as centenas de pioneiros que vinham de todos os estados, fugidos das precariedades em todos os sentidos e buscando novas oportunidades de melhoria de vida. Contudo, as expectativas nesse período não foram totalmente atingidas, visto que pela falta de infraestrutura e de hospitais, Brasília se via em meio a um caos de epidemias e doenças geradas por falta de saneamento básico. Independentemente das circunstâncias adversas, Brasília continuou em total ascendência e caminhando para tornar-se um patrimônio cultural da humanidade.

No presente, pensa-se que a mudança da Nova Capital consolidou-se, dando espaços e oportunidades para imigrantes de todas as regiões do país, com uma população que cresce de forma surpreendente. A Brasília antes simples e hoje complexa

é agora mal compreendida por grande parte de seus moradores. Os brasilienses reclamam de não existirem estacionamentos suficientes, por que não existem espaços para o comércio, por que o trânsito está cada vez pior, por que não se alargam as pistas. Consequentemente, exigem mudanças da estrutura para abrir mais espaços para supermercados, hospitais, colégios e igrejas, desaparecendo aos poucos algumas características da cidade que deu origem ao tombamento.

A atividade econômica e os empregos concentram-se em Brasília. Isso interfere no planejamento local, exigindo recursos de altos valores para serem equacionados muitos dos problemas ora existentes. Quanto mais baixa a renda do trabalhador, maior é a distância percorrida da residência ao local de trabalho e maior é o tempo gasto nos transportes, como os das cidades-satélites de Brazlândia, Planaltina, Sobradinho, Ceilândia e outras do entorno do Distrito Federal, como Formosa, Planaltina de Goiás, Valparaízo, dentre outras, que parcialmente dependem de Brasília para estudos, trabalhos, tratamentos de saúde e não há uma distribuição equitativa de cargos em instituições governamentais e empresas para gerar empregos no entorno do Distrito Federal. Assim, isso contribui para o crescimento desordenado da pobreza, da criminalidade e do desemprego existentes no território do D.F., que continua recebendo um fluxo considerável de migrantes. Vale salientar que, recentemente, parece que o Governo local deu um grande passo, quando mudou o Centro Administrativo para Taguatinga, o que significa que talvez as cidades-satélites sejam melhor atendidas depois dessa mudança.

Num futuro próximo, depois do quinquagésimo aniversário de Brasília, virão as preparações para a Copa do Mundo de Futebol, no ano de 2014, onde Brasília também sediará a Copa, gerando empregos, turismo de eventos, benefícios à

comunidade, lucros a hotéis e ao comércio, aumento no turismo de negócios, no turismo cívico e, consequentemente, nas novas construções de hotéis e de novos centros esportivos, como o do estádio Bezerrão na cidade-satélite do Gama-DF, que possui os parâmetros mundiais da Federação Internacional de Futebol (Fifa). É importante ressaltar que o Estádio Central de Brasília, o Mané Garrincha, também sofrerá reformas básicas na sua estrutura, como definiu a própria Fifa.

Já estava previsto, faltava somente a confirmação: agora Brasília é uma das 12 sedes para a Copa do Mundo de 2014. A reforma do Estádio Mané Garrincha é um dos principais objetivos do Governo do DF, no intuito de vencer as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, que, por sinal, concorrem à disputa de sediar o jogo de estréia. Essa obra vai custar cerca de 600 milhões aos cofres públicos, mas também tem a finalidade de aumentar a capacidade de 45 mil para 71 mil torcedores. Brasília está em obras por todos os lados. A cidade já tem uma infraestrutura hoteleira moderna e atende as exigências da Fifa, mas o transporte coletivo assusta. Exclusivamente, para a Copa, o GDF pretende construir um Veículo Leve sobre Trilhos (VTL) ligando o Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubistchek ao Estádio Mané Garrincha e a construção da linha 2 do metrô. Também fará uma ampliação no terminal dos passageiros no Aeroporto Internacional e o governo instalará ainda a rede wireless em toda a cidade.

Finalmente, espera-se que este trabalho possa contribuir de alguma forma para a compreensão do processo de construção de Brasília e de seu patrimônio cultural, que precisa de maiores atenções, como no caso do primeiro bem a ser tombado: o Palácio de Tábuas, denominado depois Catetinho. Será um estímulo para o estudo dos

segmentos do Turismo tendo-se mais pesquisadores que deem continuidade nessa busca. A questão aqui analisada não se esgota.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, A. Identidad cultural y social. Antropológica, **Revista de Etnopsicologia y Etnopsiquiatria**, Barcelona, Tercera época, p. 99-101, mar. 1999.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez.** São Paulo: Duas Cidades, 1983.

A924. **Plano Piloto, 50 anos**: Cartilha de Preservação – Brasília – Brasília, DF: IPHAN/ 15ª Superintendência Regional, 2007. p. 13.

BARRETO, Margarita. Turismo e Legado cultural, as possibilidades de planejamento. Coleção Turismo. Campinas. São Paulo: Papirus, 2003. p. 19.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, novembro de 1937. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm> Acesso em: 20 de fevereiro de 2009.

_____. Decreto nº 3551, 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei3551.htm> Acesso em: 20 de fevereiro de 2009.

**BRASÍLIA**: história de uma idéia. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora ServDoc, 1960. 169 p. Não consta autores dos capítulos.

COSTA, Botelho. **Texto escrito para o Curso de Especialização Professores em Turismo**. Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2008.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÌTICAS CULTURAIS, 1982, México. **Declaração do México,** ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios,

1982. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/mexico-86.htm >. Acesso em: 8 de janeiro de 2009.

COSTA, Lucio, Brasília Revisitada. Brasília: **Diário Oficial do Distrito Federal** – Decreto nº. 10.829, de 14 de outubro de 1987.

_____. **Registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 323.

DAMIANI, Amélia Luísa. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 49.

DISTRITO FEDERAL. **Síntese de Informações Socioeconômicas**, **2008/Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan**). Brasília: Codeplan, 2008. 89 p. il. Color. Gráficos. Mapas. Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000194.pdf>. Acesso em: 15 maio de 2009.

Entrevista do cozinheiro Silva, Rosental ao jornal de Brasília disponível em < http://www.clicabrasilia.com.br/impresso/noticia.php?IdNoticia=325593 >. Acesso em 15 de maio de 2009.

FUNARI, P.; PINSKY, J. Turismo e Patrimônio Cultural. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

FOLDER DO CATETINHO, da Secretaria de Cultura e do Distrito Federal. [S.l.: s.n.].

FOLDER DA BrasíliaTur e do Distrito Federal. [S.l.: s.n.].

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

LUGO, Tomás. **Relación cultura. Recreación y turismo**. Trabalho apresentado na Conferencia Internacional de Arquitetura para la Educación Física, Deporte, Recreación y Turismo, Maracaibo, 1991, p.15-19 de julho. (Datilografado).

MARTINS, Clerton. **Turismo, cultura e identidade**. 1. ed. São Paulo. Editora: Roca, 2003.

MUSEU VIVO da Memória Candanga, disponível no *site* da Secretaria de Estado de Culto do Distirto Federal. Disponível em: <http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_02.htm>. Acesso em: 20 maio 2009.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília**: a construção do cotidiano In: NUNES, Brasilmar Ferreira et al. (Org.). 1. ed. Brasilia: Paralelo, 1997. 302 p.

PASTORE, José. **Brasília**: a cidade e o homem, uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano. 2. ed. São Paulo. Editora: Nacional/Editora da USP, 1969.

PATRIMÔNIO MUNDIAL no Brasil. 2. ed. Brasília: Unesco, Caixa Econômica Federal, 2002, 304 p. il.

PAVIANI, Aldo. Brasília: Cidade e Capital. In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). **Brasília**: a Construção do Cotidiano. 1. ed. Brasília: Paralelo, 15, 1997. p. 37-65.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O Capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. 276 p.

RITCHIE, J. R.; ZINS, M. **Culture as determinant of the atractiveness of a tourism region**. Annals of Tourism Research. Wisconsin, EUA, 1978.

RENEKER, Maxine H. **A qualitative study of information seeking among members of na academic community**: methodological issues and problems. (Estado Unidos) Califórnia: Library Quarterly, 1993, 63 v.

SANTOS, Eduardo Toledo; Rodrigues, Marcos. **Educação a distância**: Conceitos, Tecnologias, Constatações, Preseunções e Recomendações. São Paulo: Epusp, 2005.

SANTOS, Milton. O mundo, o Brasil e a globalização: o horror não dura eternamente. **Rumos do Desenvolvimento,** n. 137, Rio de Janeiro, jun. /1997, p.4-10.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília um sonho, uma esperança, uma realidade.** 4. ed. Brasília: Linha Gráfica, 1999.

_____. Missão Cruls. In: SILVA, Ernesto. **História de Brasília, um sonho, uma esperança, uma realidade**. 4. ed. Brasília: Editora Linha Gráfica, 1999. p. 45-57.

SILVEIRA, José Peixoto. **A Nova Capital, para que, para onde e como mudar a capital.** Editora: Pongetti, Rio de Janeiro, 1960.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades** – Belo Horizonte. 3. ed. Autêntica, 2001. 128 p.

SINGER, M. **The concept of culture**. Internacional Encyclopedia of the social Sciences. Nova York: MacMillan, 1968. v. 3.

SKIDMORE. Thomas E. **Politics in Brazil**: 1930-1964. Nova York: Oxford University Press, 1967. p. 168.

TAMASO, Izabela. **Preservação dos patrimônios culturais**: diretos antinômicos, situações ambíguas. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/98. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

# 8 ANEXOS

ANEXO A: Processo de Tombamento do Catetinho

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA DO CATETINHO

**LOCALIZAÇÃO** : Localiza-se no antigo imóvel Gama, desmembrado do município de Luziânia-GO e incorporado ao Distrito Federal.

**SITUAÇÃO** : Situa-se às margens esquerda da rodovia BR-040 no sentido Brasília - Belo Horizonte, limita-se com a área do Country Club que a contorna.

**HISTÓRICO** : Partindo do V0 de coordenadas N=8.234.569,587 e E=179.731,260 cravado junto ao portão de acesso a área, e início dos limites da mesma; daí, seguindo por uma cerca de tela, no rumo ---------- de 26º28'42"SW e com a distância de 2,95 metros vai ao V1 de coordenadas N=8.234.566,945 e E=179.729,944 daí, segue por esta cerca de tela, com os rumos ---------- e distâncias seguintes: 67º28'17"SE e 6,80 metros vai ao V2 de coordenadas N=8.234.564,338 e E=179.736,229; 49º34'17"SE e 5,00 metros vai ao V3 de coordenadas N=8.234.561,093 e E=179.740,038; 37º02'22"SE e 5,00 metros vai ao V4 de coordenadas N=8.234.557,099 e E=179.743,052; 24º58'49"SE e 5,30 metros vai ao V5 de coordenadas N=8.234.552,291 e E=179.745,292; 18º49'08"SE e 5,00 metros vai ao V6 de coordenadas N=8.234.547,555 e E=179.746,906; 79º54'21"SE e 5,20 metros vai ao V7 de coordenadas N=8.234.546,643 e E=179.752,029; 44º04'08" NE e 4,00 metros vai ao V8 de coordenadas N=8.234.549,519 e E=179.754,813; 63º31'52"NE e 4,00 metros vai ao V9 de coordenadas N=8.234.551,303 e E=179.758,396; 82º33'11"NE e 148,80 metros vai ao V10 de coordenadas N=8.234.570,602 e E=179.906,044; 85º34'12"SE e 5,90 metros vai ao V11 de coordenadas N=8.234.570,146 e E=179.911,930; 80º56'57"SE e 6,20 metros vai ao V12 de coordenadas N=8.234.569,170 e E=179.918,057; 71º14'07"SE e 34,10 metros vai ao V13 de coordenadas N=8.234.558,193 e E=179.950,367; 68º58'08"SE e 108,13 metros vai ao V14 de coordenadas N=8.234.519,361 e E=180.051,364; 58º04'03" SE e 6,00 metros vai ao V15 de coordenadas N=8.234.516,185 e E=180.056,460; 43º32'37"SE e 6.20 metros vai ao V16 de coordenadas N=8.234.511,688 e E=180.060,734; 25º53'34"SE e 20,30 metros vai ao V17 de coordenadas N=8.234.493,413 e E=180.069.605; 12º10'29"SE e 40,40 metros vai ao V18 de coorde

SAIN - Bloco F - ED. TERRACAP - BRASÍLIA-DF - CEP 70 610 - PABX: (061) 225-5276 - 225-5076 - 225-5116 - 225-[illegible]

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP

nadas N=8.234.453,894 e E=180.078,131; 8º24'27 SE e 25,20 metros vai ao V19 de coordenadas N= 8.234.428,948 e E= 180.081,818; 45º53'26"SE e 3,50 metros vai ao V20 de coordenadas N= 8.234.426,510 e E= 180.084,333; 76º42'37" SE e 1,60 metros vai ao V21 de coordenadas N= 8.234.426,142 e E= 180.085,891 75º14'19" NE e 1,80 metros vai ao V22 de coordenadas N= 8.234.426,601 e E= 180.087,633; 44º28'13"NE e 29,50 metros vai ao V23 de coordenadas N= 8.234.447,667 e E=180.108,313 16º59'11" NE e 1,70 metros vai ao V24 de coordenadasN=8. 234.449,294 e E= 180.108,810;04º00'38" NW e 3,70 metros vai ao V25 de coordenadas N= 8.234.452,988 e E= 180.108,551; 21º57'50" NW e 46,00 metros vai ao V26 de coordenadas N= 8.234.495,679 e E= 180.091,334; 14º32'15"NW e 34,40 metros vai ao V27 de coordenadas N= 8.234.529,001 e E= 180.082,693; 20º44'40" NW e 40,00 metros vai ao V28 de coordenadas N= 8.234.566,434 e E= 180.068,515; 30º53'14" NW e 9,50 metros vai ao V29 de coordenadas N= 8.234.574,592 e E= 180.063,635; 36º32'40" NW e 159,00 metros vai ao V30 de coordenadas N= 8.234.702,421 e E= 179.968,893; 24º47'53" NWe10,00 metros vai ao V31 de coordenadas N= 8.234.711,505 e E= 179.964,696; 42º24'29" NW e 3,50 metros vai ao V32 de coordenadas N= 8.234.714,091 e E= 179.962,334 ; 73º02'04"NW e 3,50 metros vai ao V33 de coordenadas N= 8.234.715,113 e E=179.958,984 75º20'50" SW e 80,00 metros vai ao V34 de coordenadas N=8.234.694,862 e E=179.881,532; 56º51'21" SW e 58,50 metros vai ao V35 de coordenadas N=8.234.662.855 e E= 179.832,516; 66º43'27" SW e 10,50 metros vai ao V36 de coordenadas N= 8.234.658,703 e E= 179.822,864;85º48'16" SW e 78,00 metros vai ao V37 de coordenadas N= 8.234.652,920 e E= 179.744,031; 19º55'01" SW e 56,00 metros vai ao V38 de coordenadas N= 8.234.600,233 e E= 179.724,941; 17º26'47" SW e 5,00 metros vai ao V39 de coordenadas N= 8.234.595,460 e E= 179.723,441; 4º35'09" SW e 5,00 metros vai ao V40 de coordenadas N= 8.234.590,473 e E=179.723,041; 8º59'30"SE e 5,00 metros vai ao V41 de coordenadas N= 8.234.585,531e E= 179.723,323; 24º08'13" SE e 5,00 metros vai ao V42 de coordenadas N= 8.234.581,965 e E= 179.725,869; 37º43'02" SE e 5,00 metros vai ao V43 de coordenadas N= 8.234.577,007 e E= 179.728,930;51º59'43" SE 5,50 metros vai ao V44 de coordenadas N= 8.234.573,618 e E=179.733,267; 26º28'06" SE e 4,50 metros vai ao V0 de coordenadas N= 8.234.569,587 e E= 179.731,260 onde teve início os limites da área do Catetinho.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP

ÁREA : A área definida pelo polígono formado pelos vértices, V0 ao 44 é de 40.925,29 m2 ou 4 ha 09 a 25 ca.

OBSERVAÇÃO : As coordenadas do presente memorial descritivo são UTM e se refere ao Meridiano Central de 45º a West Greencwich, as quais foram desenvolvidas utilizando o índice médio de correção Kr = 1,000694760. As distâncias são topográficas.

Brasília, 16 de maio de 1983

SAI/N - Bloco F - ED. TERRACAP - BRASÍLIA-DF - CEP 70 610 - PABX: (061) 225-5276 - 225-5376 - 225-5116 - 225-5275

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

D.P.H.A.N.

Of. nº 1358 15 de outubro de 1 958

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sr. Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Senhor Presidente:

Havendo o Senhor Presidente da República determinado ao Sr. Ministro da Educação que sejam tomadas pela D.P.H.A.N. providencias para preservação da integridade e a conservação permanente da edificação existente em Brasília sob a designação de R.P. 1 ou "Catetinho", medida essa justificada por ter sido não só a primeira construção erigida na área da nova capital, mas tambem a primeira sede da administração publica no local, venho pleitear a valiosa e decisiva cooperação de V.Exª para os objetivos visados.

Nesse sentido, solicito-lhe inicialmente o favor de transmitir instruções a quem de direito a fim da mencionada edificação ser protegida e zelada de acôrdo com a determinação presidencial, não sendo tomada iniciativa alguma susceptível de alterar-lhe as características originais, nem modificar-lhe o aspeto primitivo. Em segundo lugar, peço-lhe expedir as ordens necessarias para que o mobiliario e as instalações da casa sejam tambem resguardados, diligenciando-se a fim de que a mesma preserve, interna e externamente, a disposição e os elementos que possuia enquanto serviu de residencia e gabinete presidencial. Finalmente, rogo-lhe mandar reunir, para encaminhar a esta repartição, o original ou copia do projeto da edificação, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, bem como a documentação fotografica que houver sido feita durante as diversas fases da respetiva construção e depois da obra concluida e, por ultimo, representando seu estado atual, tanto externo quanto interno.

Desde já muito reconhecido a seu precioso concurso, apresento a V.Exª os protestos de meu elevado apreço.

Rodrigo M. F. de Andrade
Diretor

Ao Senhor
Dr. Israel Pinheiro
Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital
Rua Almirante Barroso, 54 - 18º andar
RIO DE JANEIRO - D.F.

/ra/ac.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR
SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO

RADIOTELEGRAMA

INDICAÇÕES DO SE

CARIME

ENDEREÇO

DR MELO FRANCO
DRI PATRIMONIO HISTORICO NACIONAL
RIO

DE: 2101 PTC NR. 2 PLS. DT. HR.

RECEBIDO DE BORDO AS 940 POR AKS

TEXTO ASSINATURA

VISITEI HOJE CATETINHO EM BRASILIA ET VERIFIQUEI NECESSIDADE URGENTE PROVIDENCIAS COMBINADAS PARA SEU TOMBAMENTO PT PEÇO POIS ABREVIAR MEDIDAS VISANDO AQUELE FIM PT SDS

JUSCELINO KUBITSCHEK

A. D. E. T.
22. 4. 59
Jm.

M. E. C.
Protocolo - D. P. H. A. N.
N.º 279 / 59

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

xxxxxxCULTURA
DIRETORIA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Rio de Janeiro,
19 de junho de 1959

Notificação nº 812

Diretor do P.H.A.N.

Presidente da NOVACAP

:"Catetinho"

Senhor Presidente da NOVACAP

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Exc., para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinada a inscrição, no Livro do Tombo Histórico, a que se refere o art. 4º, nº 2, do citado decreto-lei, da seguinte obra de arquitetura civil, de propriedade dessa autarquia, de que é V. Exc. digno representante legal:

Edifício conhecido como R.P.1 ou "Catetinho", no Sítio Castanho, em território de Brasília

Na expectativa da anuência de V. Exc. a êste tombamento, e solicitando-lhe a fineza de acusar recebimento da presente notificação, valho-me do ensejo para apresentar-lhe os meus protestos de alevada estima e consideração.

Rodrigo M.F. de Andrade
Diretor

Ao Exmo. Sr.
Dr. Israel Pinheiro da Silva
Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil(NOVACAP)
Av. Almirante Barroso, 54 - 18º andar
RIO DE JANEIRO

Proc. 594-T-59

*pró*Memória

Of. nº 137

Rio de Janeiro,
02 de setembro de 1980

Do Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória
Ao Diretor-Geral do Serviço do Patrimônio da União
Assunto: transferência de próprio nacional.

Senhor Diretor-Geral:

Solicito a V.Sa. com fundamento no artigo 3º, da Lei nº 6.757, de 1979, combinado com o artigo 3º, letra b, do Estatuto da Fundação Nacional Pró-Memória, aprovado pelo Decreto nº 84.396, de 1980, a transferência para o domínio desta Fundação, a fim de integrar seu patrimônio, o imóvel denominado "Catetinho", localizado em Brasília, próprio nacional, inscrito no Livro do Tombo Histórico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob o número 329, folhas 55, em 21 de julho de 1959, Processo nº 594-T.

Esclareço a V.Sa. que o citado imóvel foi entregue ao antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 11 de novembro de 1959, de acordo com cópia xerox, anexa, do discurso proferido pelo Dr. Rodrigo M.F. de Andrade, então Diretor do órgão.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sa. atenciosos cumprimentos e cordiais saudações.

Aloísio Magalhães
Presidente

Ao Senhor
Dr. José Alfredo Nunes de Azevedo
Ministério da Fazenda, 5º andar - Sala 520
Av. Presidente Antonio Carlos nº 375
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
E/E

18/8

Jornal do Comércio, 11-XI-59

# "CATETINHO" TRANSFERIDO AO PATRIMONIO NACIONAL

BRASILIA, 10 — O "Catetinho", primeira residência presidencial de Brasília, foi [illegible] para o Patrimonio Histórico Nacional. O ato [illegible] presidido pela [illegible] da Republica, sr. Juscelino Kubitschek, que chegou a Brasília às 10,30 horas, acompanhado dos embaixadores da Inglaterra, Japão e Portugal, além do diretor do Departamento Histórico Nacional, sr. Rodrigo de Melo Franco.

Em rápido improviso, o sr. Juscelino Kubitschek lembrou que o "Catetinho" foi a primeira residência do presidente da República, na Vila Central do Brasil, distrito [illegible] onde [illegible] o sonho de interiorização da Capital brasileira. Discursou Rodrigo Melo Franco, diretor do Patrimônio Histórico Nacional, tendo inaugurado nos diversos aposentos da antiga residência presidencial várias decorações comemorativas. Às 14 horas, após o almoço, no Palácio da Alvorada, o presidente Juscelino Kubitschek presidiu a inauguração do Sexto Seminário de Estudos Pan-americanos de Pesquisas de Estudos Naturais, do Programa de Cooperação Técnica dos Estados Americanos, curso que é dirigido pelo professor Juscelino Dormeval. Às 16 horas o presidente regressou ao Rio. (Asp.)

Ministério de Educação e Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**Fundação Nacional *pró*Memória**

07/45

Of.nº.175/81 Brasília, 24 de julho de 1981.

Da : Diretora da 7ª Diretoria Regional da SPHAN
Ao : Sr.Luciano Pereira - Zelador do "Catetinho"
Assunto: Acervo do Museu Catetinho

Senhor Zelador:

De ordem da Diretora da 7ª Diretoria Regional/SPHAN, Drª.Belmira Finageiv, estamos encaminhando parecer, sobre sua consulta quanto à transferência do acervo móvel do Museu do Catetinho.

À vista do exposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, em especial nos artigos 1º,17º,20º e 24º; do disposto no Regimento Interno da SEC/MEC, que define a competência das Diretorias Regionais; da indiscutível necessidade de manutenção do acervo dos Museus em seu recinto quando o mesmo é originalmente pertencente ao prédio; é nosso parecer que tal acervo não pode ser deslocado para outro local, sob quaisquer justificativas.

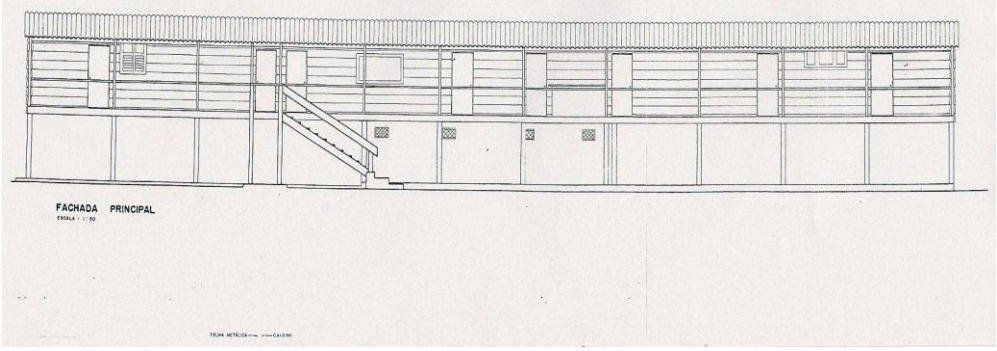
Na eventualidade de alguma entidade propor deslocamento, ou outra ação que não seja de manutenção, dentro da área do Museu, tal proposta será examinada por esta Diretoria Regional para concordância ou não.

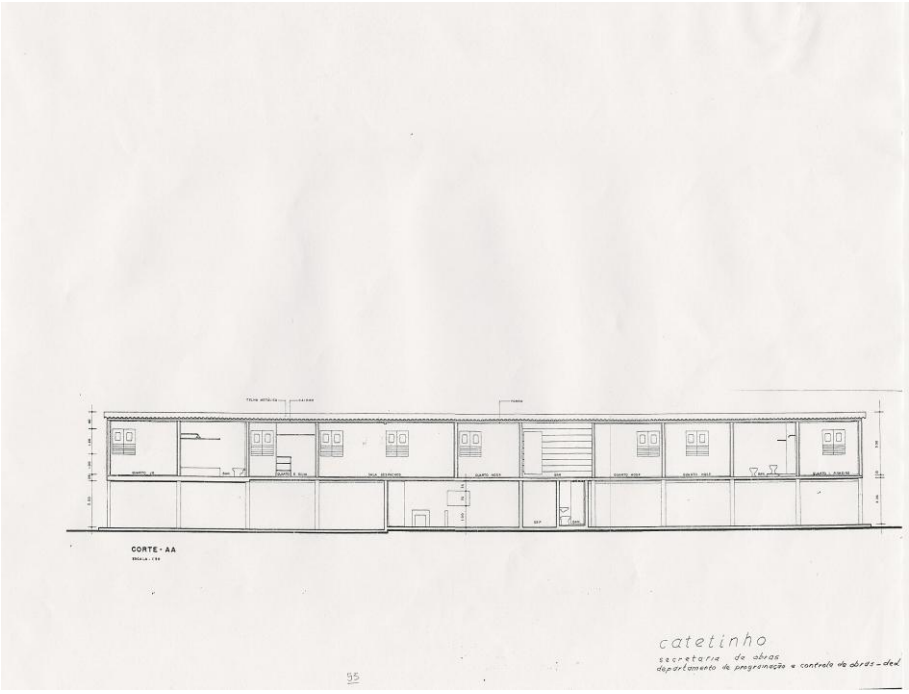
Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos nossos protestos de muita estima e consideração.

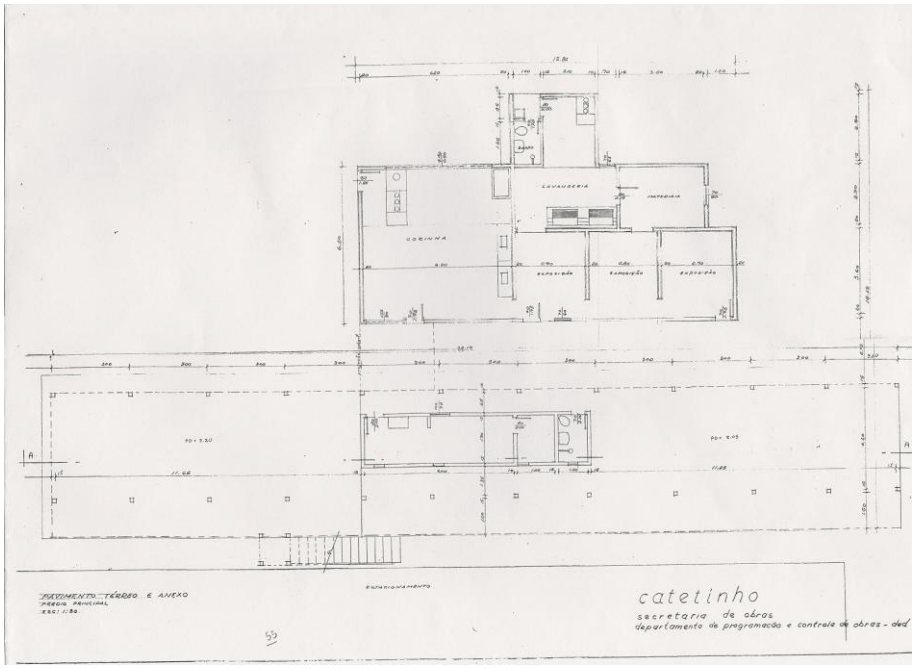
MARIA DA GRAÇA SOTO QUEIROZ
ARQUITETA

JOSÉ LEME GALVÃO JUNIOR
ARQUITETO

ANEXO B. Planta do Catetinho




LAVANDERIA
COZINHA
ESPERA
ESPERA
ESPERA
ESTACIONAMENTO
PAVIMENTO TÉRREO E ANEXO
PREDIO PRINCIPAL
ESC: 1:50
catetinho
secretaria de obras
departamento de programação e controle de obras - dpc

ANEXO C. Relatório de Atividades do Catetinho 2008

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO-DEPHA
MUSEU DO CATETINHO

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DF

# RELATÓRIO DE ATIVIDADE 2008

## 1 – FUNCIONAMENTO

O Museu do Catetinho manteve funcionamento ininterrupto, abrindo ao público de terça a domingo no horário das 9 às 17 horas, obedecendo a uma escala de serviço com previsão da jornada de trabalho de 40 horas semanais.

## 2 – RECURSOS HUMANOS

Contamos com 12 servidores, assim distribuídos:

- Gerente (01)
- Auxiliares de Atividades Culturais (05)
- Vigias noturnos (02)
- Vigilantes (02)
- Serviços Gerais (02)

## 3- BENFEITORIAS

- Substituição das portas dos banheiros masculino, feminino e deficientes físicos;
- Substituição da rede elétrica;
- Substituição da rede hidráulica;
- Substituição dos corrimãos do bosque;
- Substituição dos extintores de incêndio;
- Substituição do portão eletrônico;
- Desobstrução da nascente;
- Revitalização da nascente e bosque;
- Aquisição de (02) dois bebedouros;
- Pintura dos bancos e da ponte sob a nascente;

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO-DEPHA
MUSEU DO CATETINHO

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DF

- Pintura da área externa do museu (ainda em andamento);
- Autorização da CAESB e do Corpo de Bombeiro para instalação de um Hidrante;
- Abertura da sala de visitações denominada "**ORIGEM DA HISTORIA**" com fotografias da construção de Brasília.

## 4 – DADOS ESTATÍSTICOS

O Museu recebeu o total de 72.161(setenta e dois mil cento e sessenta e um) visitantes, no período, conforme demonstrado na planilha abaixo:

| Mês | Turistas e Estudantes |
|---|---|
| Janeiro | 9. 325 |
| Fevereiro | 7. 202 |
| Março | 6. 589 |
| Abril | 9. 780 |
| Maio | 6. 321 |
| Junho | 4. 320 |
| Julho | 5. 670 |
| Agosto | 5. 200 |
| Setembro | 6. 360 |
| Outubro | 5. 810 |
| Novembro | 5. 584 |
| Dezembro | Em andamento |
| | |
| **Total Geral** | **72.161** |

Brasília, 05 de dezembro de 2008.

# ANEXO D. Folder do Catetinho

## CRONOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

**02.10.56**

JK visita pela primeira vez o sítio da Nova Capital e determina a instalação do Núcleo Pioneiro, em área próxima à Fazenda do Gama.

**12.10.56**

Reunidos no Juca's Bar, no Hotel Ambassador, Rio Janeiro, amigos do Presidente JK decidem construir uma casa de madeira, que logo denominaram Palácio de Tábuas, e mais tarde, Catetinho, para pouso do Presidente da República e Diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital durante a construção de Brasília.

**17.10.56**

Amigos do Presidente, cotizando-se e recorrendo a empréstimo bancário em Belo Horizonte, reúnem a soma de 500 mil cruzeiros, que empregam na construção da residência provisória no Planalto Central. Oscar Niemeyer elabora um projeto para a casa, uma edificação simples a ser construída com maior rapidez. Participaram da arrecadação de fundos e da sua construção os dez amigos do Presidente: Oscar Niemeyer, João Milton Prates, João Ferreira de C. Chaves (Juca Chaves), Roberto Pena, César Prates, Dilermando Reis, Vivaldo Lyrio, Osório Reis, Agostinho Montandon, Emídio Rocha.

**18.10.56**

Partiram caminhões do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte levando a primeira remessa de material para construção do Palácio Provisório. Roberto Pena, diretor da FERTISA encaminhou a partir da cidade de Araxá uma patrol Caterpillar, um grupo motor gerador de 75hp e um Jeep. A expedição terrestre é integrada também por um operador de máquinas e um cozinheiro.

**22.10.56**

O local vira ambiente de trabalho. Cerca de vinte homens executam os mais diferentes serviços, desde a limpeza do terreno, aos primeiros marcos da edificação. Foi montada uma bancada de carpinteiro para a preparação da madeira e, um jeep estacionado próximo e com o motor ligado acionava uma serra cortando as primeiras vigas do "Palácio de Tábuas".

**23.10.56**

Inicia-se as cinco da manhã, surge no céu um avião teco-teco sobrevoando insistentemente a área, e logo desce no pequeno campo de pouso Bernardo Sayão. O grupo não se agrada. Mas Sayão logo se integra ao espírito daqueles pioneiros e promete guardar sigilo. De dois em dois dias Sayão leva gêneros alimentícios e até cerveja para o pessoal.

**24.10.56**

Desce no campo de pouso da Fazenda do Gama um pequeno avião da FAB, de Prefixo NA-1621, realizam inspeção nesta. Neste terceiro dia de trabalho foi preparado o primeiro concreto no Planalto Central para ser utilizado na fixação das vigas de sustentação do "Palácio de Tábuas".

**25.10.56**

Foram instalados o assoalho, a água, luz e os aparelhos sanitários.

**27.10.56**

A pista de pouso é ampliada e recebe três teco-tecos de Goiânia que visitam a região.

**28.10.56**

Procedente do Rj chega um caminhão, sob a direção de Vivaldo Lírio, transportando material para a residência, incluindo uma geladeira, móveis e outras facilidades. De Araxá chega a patrol, que no trajeto entre Luziânia e a Fazenda do Gama, o tratorista baixou a lâmina e veio melhorando a estrada. Ao chegar amplia a pista de pouso. Um avião da Panair do Brasil tenta pousar no campo, mas as condições meteorológicas são adversas. No aeroporto mais próximo (Luziânia), onde descarrega farto material destinado a instalação de um rádio Farol.

**29.10.56**

Chega ao local o rádio-operador Jaime Correia da Costa para a instalação do rádio Farol e uma estação de rádio transmissora sob o Prefixo PYVA, estabelecendo comunicações com o Palácio do Catete. Os serviços de rádio telegrama e radiofonia passam a funcionar.

**30.10.56**

Assentou-se o piso de Cerâmica São Caetano e à noite teve início à pintura da casa.

**31.10.56**

Chegam em vôo experimental da Panair, organizado por Rubens Berta, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, Ernesto Silva, Marco Paulo Rabelo, Niomar Muniz Sodré, José Veloso Portinho, Eric Carvalho, Henrique Bertarim, Frederick Ludvizsen, Jaime Maurício, Ralff Lasger e Ermanto Coelho da Silva. O "Palácio de Tábuas" está pronto para ser habitado, inclusive com instalação de água quente e fria, instalação elétrica e sanitárias, fogão de lenha, todos os móveis bem dispostos e arrumados sob a orientação de Niemeyer, Juca Chaves e César Prates. Engenheiros e operários se reúnem para um churrasco de confraternização. O Presidente não poderá estar no dia seguinte, sendo remarcada para o dia 10 de Novembro. O "Palácio de Tábuas" recebe o nome de Catetinho, sugerido por Dilermando Reis, em alusão ao Palácio do Catete.

**10.11.56**

Saindo de BH às 10 horas, pôr via aérea, num Douglas, o Presidente JK chega a Brasília por volta do meio-dia, onde foi recebido festivamente para a inauguração. Uma forte chuva caiu sobre o Planalto, restringindo a festa no interior do Palácio. Foi servido frango ao molho pardo e angu. Após o almoço, foi realizado o primeiro despacho no Catetinho. Após o jantar, o Presidente foi homenageado com uma seresta, com os pioneiros entoando o Peixe Vivo e o Canto da Nova Capital.

## 1ª RESIDÊNCIA DE JK NO PLANALTO CENTRAL

Cumprindo o que estava previsto na Constituição, o Presidente Juscelino Kubitschek trouxe a capital do Brasil para o Planalto Central. Recém empossado JK afirmaria: "Dentro em pouco construirei minha casa no Planalto". A 2 de Outubro de 1956, JK visitou pela primeira vez o sítio da nova capital e determinou a instalação do Núcleo Pioneiro, em área próxima à Fazenda do Gama, primeiro ponto de apoio utilizado pelo engenheiro Bernardo Sayão e seus assistentes.

Projetado por Oscar Niemeyer, o Catetinho foi o primeiro local de governo e moradia do presidente JK na nova capital. A casa, um exemplo da arquitetura dos anos 50, tem seu primeiro piso suspenso sobre pilotis. A simplicidade da madeira veio da necessidade de construí-lo num prazo de dez dias, e fez com que fosse apelidado de "Palácio de Tábuas". A construção foi rápida. No dia 1º de Novembro, a casa estava pronta. Em torno dela, funcionava um núcleo de apoio, com os serviços de radiofonia e radiotelegrafia, campo de pouso e até um jeep, apelidado de "Maracangalha", para o transporte. No dia 10 de Novembro de 1956, inaugurou-se o Catetinho.

Durante a construção de Brasília, o Catetinho abrigou o Presidente da República, o Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, Israel Pinheiro, seus diretores e engenheiros.

A pedido do Presidente JK, o Catetinho foi tombado pelo, então, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em solenidade no dia 10 de Novembro de 1959.

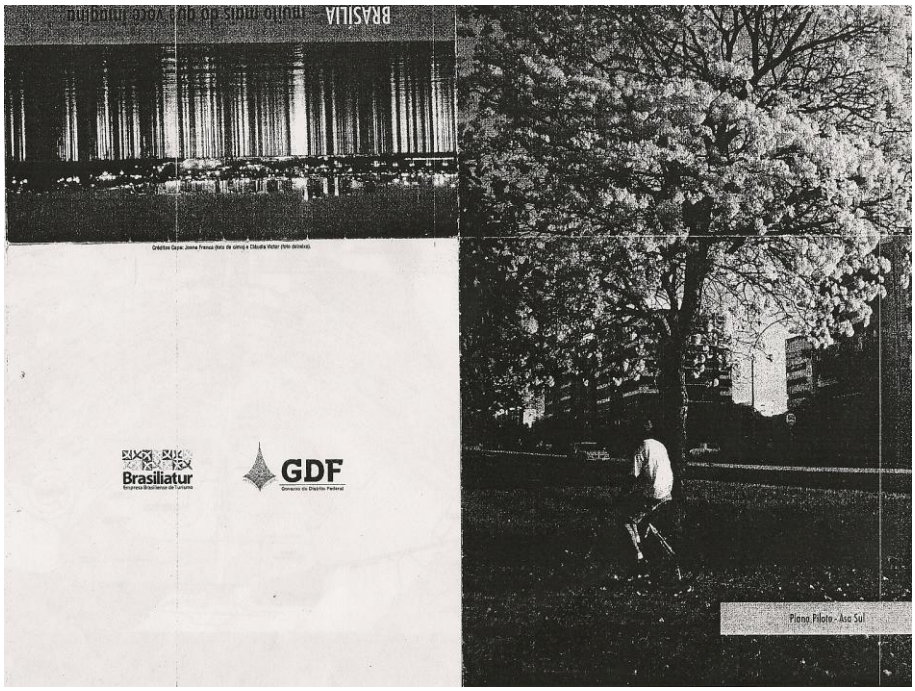
**Catetinho**

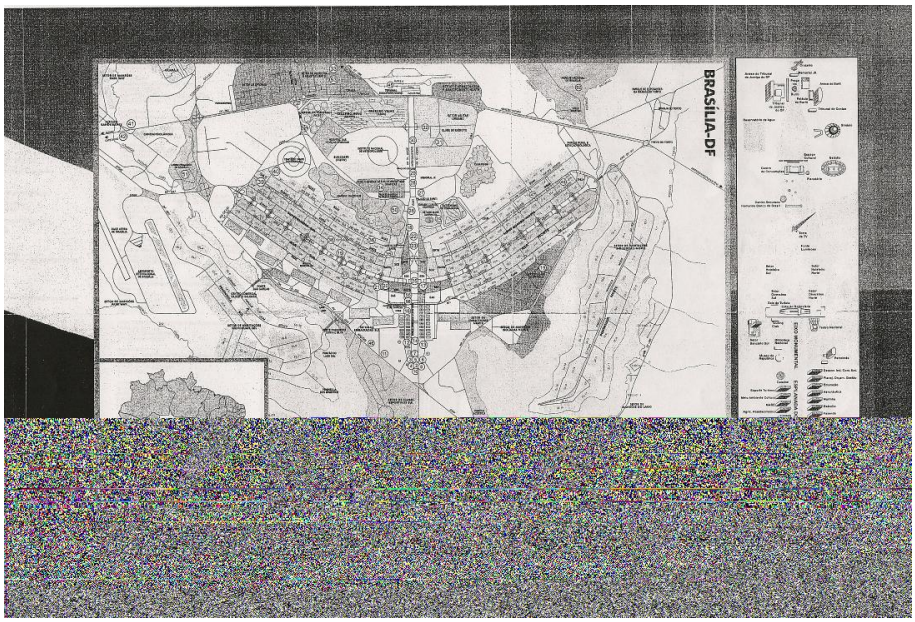
Km 0 - BR 040 - 71745-000 - Gama - DF
Tel. (61) 3338 8803 Fax. (61) 3338 8694
www.sc.df.gov.br

Horário de visitação: terça a domingo, das 9h às 17h.

Secretaria de Cultura GDF

ANEXO E. *Folder* da Empresa ( BrasíliaTur)



ANEXO F. Estátua de Bronze do Juscelino Kubitschek

Foto: Raphael Ferreira.

ANEXO G. Turma de Alunos da 4ª série

Fotos: Raphael Ferreira

Fotos: Raphael Ferreira

ANEXO H. Preservação atual das partes externas do Catetinho

Pesquisa de Campo na parte da frente do Museu.

Local da pesquisa. Catetinho.

Local de pesquisa

Foto: Raphael Ferreira. Janelas do Museu.

Local de pesquisa

ANEXO I. Fotos de comparação de material da edificação do Catetinho e do Museu Vivo da Memória Candanga.

Área de pesquisa.

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Distrito Federal